

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

(Delegacia Seccional de Polícia de Osasco – UASG 180276)

OBJETO

Prestação de serviço de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco e suas unidades policiais subordinadas, de forma ininterrupta, 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive feriados.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.002.086,00 (dois milhões, dois mil e oitenta e seis reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **16/06/2026** às **09h00min** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	15
11. DOS RECURSOS	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE OSASCO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .90001/2026.**

(Processo Administrativo nº058.00119750/2025-19)

Torna-se público que a **DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE OSASCO**, por meio da **Seção de Finanças**, sediada **Rua Dr. Mariano J. M. Ferraz, nº 625, Centro, Osasco - SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, objetos e peças apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco e suas unidades policiais subordinadas, com disponibilização de pátio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, tratando-se de serviços comuns, contínuos, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021.**

1.2. **A licitação será realizada em único item.**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. **A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por

seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o grupo único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.2. Considerando o valor estimado do grupo único objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou **judicialmente**.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. **Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 3.11. **Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 3.12. **Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.**

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 4.4.2. 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.
- 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total do item;**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **para o item 01 R\$ 600,00 (seiscentos reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

6.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.**

6.11.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**

6.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**

- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.1.4. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.5. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. **A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.**

- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados **pelo meio eletrônico:** uge.osasco@policiacivil.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

- 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.5. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa
- 12.7. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.8. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.11. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.12. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias

conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.14. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.17. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.19. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.20. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.21. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte meio: uge.osasco@policiacivil.sp.gov.br**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema e no sítio eletrônico na Internet “compras.gov.br”**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. **A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.**

14.2.1. **Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante assinatura do Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.**

14.2.1.1. **Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.**

14.2.1.2. **Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.**

14.2.1.3. **Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.**

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável;

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no [sítio eletrônico: compras.gov.br](#).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.16.1. **ANEXO I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar (Anexo I.1);**
- 14.16.2. **ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;**
- 14.16.3. **ANEXO III – Cópia do Ato Normativo sobre sanções aplicáveis**
- 14.16.4. **ANEXO IV – Modelo referente a Planilha de Proposta;**
- 14.16.5. **ANEXO V – Modelo de Declaração;**
- 14.16.6. **ANEXO VI – Modelo de “Check List” do veículo;**
- 14.16.7. **ANEXO VII – Modelo de Avaliação de Execução dos Serviços**

Osasco, 25 de maio de 2026

ASSINADO NO ORIGINAL

ANTONIO CARLOS TATSUO BAJO

Subscritor do Edital

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

TERMO DE REFERÊNCIA**DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE OSASCO****(Processo Administrativo nº 058.00119750/2025-19)****1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1.1. Contratação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, objetos e peças apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco e suas unidades policiais subordinadas, com disponibilização de pátio, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UNID. MEDIDA	QTDE. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, objetos e peças apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco e suas unidades policiais subordinadas, com disponibilização de pátio, com disponibilização e administração de pátios, de forma ininterrupta, 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive feriados.	17167	Mês	30	R\$ 66.736,20	R\$ 2.002.086,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da emissão da Ordem de Início de Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os serviços a serem contratados são definidos como atividades de suporte, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.3.2. O pátio deverá estar localizado em um raio máximo de 50 (cinquenta) quilômetros da sede da Delegacia Seccional de Polícia de Osasco, situada na Rua Dr. Mariano J. M. Ferraz, nº 625, Centro, Osasco, SP, CEP 06097-010.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5 O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2.2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. . O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000087/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2025;

III) Id do item no PCA: 09;

IV) Classe/Grupo: 859 - Outros Serviços de Suporte;

V) Identificador da Futura Contratação: 180276-16/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Normas de Proteção Ambiental

4.1.1.1. A Contratada deverá observar as normas de proteção ambiental pertinentes ao objeto da licitação, especialmente:

a) Lei Federal n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

b) Resolução CONAMA n.º 362, de 23 de junho de 2005, que regula o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante utilizado ou contaminado;

c) Resolução CONAMA n.º 416, de 24 de setembro de 2009, que trata da prevenção da degradação ambiental provocada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, além de outras providências; e

d) Outras normas aplicáveis.

4.1.2. Instrumentalização da Proteção Ambiental (Ações Práticas).

4.1.2.1. Deverá, ainda, implementar essa proteção por meio de ações práticas, cabendo à Contratada:

a) Apresentar um plano de controle e combate a vetores prejudiciais à saúde, abrangendo focos de água parada, empoçada e em recipientes que possam abrigar larvas dos mosquitos transmissores da Dengue, Zika e Chikungunya, assim como a desinsetização do pátio.

b) A apresentação do Plano de Controle e Combate a Vetores Prejudiciais à Saúde deverá ocorrer em, no máximo, 60 (sessenta) dias a partir do início da prestação do serviço de guarda de veículos.

c) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

d) Providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n.º 08, de

03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata;

Garantia da Contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias a contar da emissão da Ordem de Início serviço;

5.1.2. A expedição da Ordem de Início de Serviço estará condicionada à comprovação do atendimento às exigências fixadas neste Termo de Referência e anexo, incluindo todas as licenças, autorizações e alvarás necessários para a realização da atividade de depósito e guarda de veículos, fixando-se à contratada, para a sua apresentação, o prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da celebração do contrato, correndo por conta da Contratada todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

5.1.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, caso comprovada demora na obtenção das licenças, autorizações e alvarás por razões não imputáveis à Contratada;

5.1.4. Ultrapassados os prazos previstos sem a comprovação do atendimento das exigências necessárias para a realização da atividade de depósito e guarda de veículos, o contrato será rescindido de pleno direito;

5.1.5. O início da execução do objeto deste instrumento somente será autorizado após a apresentação da relação de profissionais da Contratada que atuarão no âmbito desta contratação e a assinatura dos respectivos Termos de

Confidencialidade, Sigilo e Uso, comprometendo-se a observar as normas de segurança, privacidade e proteção de dados e informações.

5.1.6. Imediatamente após a conclusão das obras de instalação do pátio, a Contratada deverá comunicar formalmente a Contratante, para que seja realizada vistoria no local com a finalidade de verificar se os requisitos estabelecidos no Edital foram devidamente atendidos.

5.1.7. A vistoria será previamente agendada e a Contratante será informada, sendo obrigatória sua participação por meio de representante ou funcionário designado.

5.1.8. O Termo de Vistoria e Notificação é o documento hábil, para verificação (vistoria *in loco*) e ratificação do pleno atendimento das previsões do Edital – por parte da Contratada – no tocante às instalações do(s) pátio(s), equipamentos, materiais, documentação e demais requisitos necessários ao início da prestação dos serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados apreendidos por esta Delegacia Seccional e suas unidades policiais subordinadas.

5.1.9. O preenchimento do Termo de Vistoria e Notificação será feito em 2 (duas) vias que deverão ser assinadas pelo respectivo servidor do órgão (vistoriador) e pelo representante/funcionário da Contratada presente:

5.1.9.1. 1 (uma) via será entregue à Contratada, com efeito de notificação;

5.1.9.2. 1 (uma) via será anexada digitalmente aos autos do processo e encaminhada à Seção de Finanças, para emissão da Ordem de Início da prestação dos serviços, caso sejam integralmente atendidas as previsões do Edital.

5.1.10. A Minuta do Termo de Vistoria e Notificação deverá constar em Anexo ao Edital para maior transparência e ciência por parte dos licitantes, do que será verificado e cobrado para início da execução contratual

5.1.11. Seu preenchimento ficará a cargo de servidor do órgão designado para tal atividade, onde assinalará cada item vistoriado como “atendido” ou “não atendido”, e deverá estar instruído com fotos. Ao término da vistoria do pátio, será assinalado na deliberação final da equipe de fiscalização, que poderá ser:

5.1.11.1. APTO: para início das atividades: hipótese em que será encaminhado o Termo de Vistoria à Seção de Finanças para emissão da Ordem de Início de Execução dos Serviços;

5.1.11.2. INAPTO: para início das atividades: hipótese que a Contratada será notificada informando todos os apontamentos feitos, todos os itens não atendidos, constando ao final o prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para Regularização destes;

5.1.12. O Termo, uma vez entregue à Contratada, tem caráter de Notificação para o cômputo dos respectivos prazos para realização das adequações (se necessários).

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços deverão ser prestados ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, em pátio previamente aprovado pela Contratante, localizado em área compatível com a legislação municipal de uso e ocupação do solo e demais exigências legais, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A localização exata será objeto de avaliação técnica e vistoria por parte da Administração, previamente à emissão da ordem de início.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. O veículo será recebido no pátio mediante a entrega dos seguintes documentos pelo responsável da remoção:

- a) Determinação de Autoridade Policial da Delegacia requisitante para o depósito e guarda do veículo no pátio;
- b) Cópia do Auto de Vistoria para Remoção;
- c) Os documentos deverão estar assinados e elaborados em formulário próprio da Polícia Civil.

5.3.2. O veículo será encaminhado ao pátio, onde será recepcionado por funcionário da Contratada devidamente identificado e treinado, que repetirá a vistoria realizada na remoção, conferindo-a com o Auto de Vistoria para Remoção que lhe foi entregue, inclusive com novas fotografias, se necessário. A condução do veículo ao local a ele destinado no pátio, somente poderá ser efetuada após a vistoria;

5.3.3. A vistoria deverá abranger, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Número e Denominação da Unidade Policial Civil;
- b) Data;
- c) Número do Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado ou do Inquérito Policial correspondente;
- d) Características (marca, modelo, cor, ano fabricação/modelo, placa, chassi etc.);
- e) Quilometragem;
- f) Veículo acionado e rodando quando acionada ignição;

- g) Estado geral da lataria;
- h) Estado geral de vidros;
- i) Estado geral dos bancos;
- j) Estado dos pneus e rodas;
- k) Possui rodas;
- l) Possui estepe;
- m) Existência de motor e caixa de câmbio;
- n) Possui Equipamentos Obrigatórios (chave de rodas/triângulo);
- o) Aparelhos de som e/ ou imagem;
- p) Possui retrovisores;
- q) Possui Extintor de incêndio;
- r) Faróis e Lanternas íntegros;
- s) Observações e divergências;

5.3.4. O documento gerado por ocasião do checklist (lista de verificação) quando da chegada do veículo ao depósito (onde deverão estar registradas as condições e dados identificadores do veículo), deverá alimentar sistema informatizado de controle do depósito, registrando-se data e horário da entrada do veículo no depósito, bem como informação da delegacia de polícia requisitante, sem prejuízo do arquivamento da documentação correspondente para fins de contraprova.

5.3.5. Não havendo divergências a serem sanadas, a contratada ficará responsável pelo veículo e pertences, se existentes.

5.3.6. O registro fotográfico deverá conter, no mínimo, uma imagem de cada face externa completa do veículo (frente, traseira, lado esquerdo e direito), painel de instrumentos interno, foto da quilometragem atual, bancos, compartimento do motor, porta-malas (aberto), estepe (conjunto roda-pneu) e Kit GNV (gás natural veicular), quando houver, evitando-se imagens fracionadas dos elementos citados neste item. Deverá ser realizado registro fotográfico do número do chassi do veículo e dos elementos de identificação presentes nos vidros do veículo.

5.3.7. A contratada deverá manter, em arquivo eletrônico, banco de dados fotográfico dos veículos recolhidos, devidamente indexado aos veículos recolhidos, e à disposição para consulta da Contratante a qualquer momento, durante toda a vigência do contrato e suas renovações, caso houver.

5.3.8. A falta dos registros fotográficos, que comprove a preexistência de todas as avarias constantes no veículo anteriormente à remoção implicará na assunção do ônus de ressarcimento de toda e qualquer avaria reclamada, sem prejuízo das sanções contratuais correspondentes.

5.3.9. No caso de verificação de avarias, deve haver o registro fotográfico detalhado correspondente.

5.3.10. No caso de constatação de divergências em relação à vistoria anteriormente realizada, a Contratada deverá:

a) Comunicar a autoridade policial responsável, registrando a divergência, com data e hora;

b) Efetuar fotos das divergências relatadas para as devidas providências;

c) Adotar, de imediato, providências no sentido de identificar o momento em que se deu o dano, antes, durante ou após o seu traslado;

d) Verificar se os danos alegados foram registrados no respectivo documento de vistoria quando adentrou ao pátio, comprovando-se, quando for o caso, a preexistência dos danos com os registros fotográficos efetuados pela empresa responsável pelo transporte no momento da retirada do veículo e pela própria contratada, quando da entrada ao pátio;

e) Responsabilizar-se integralmente pelos danos a que, comprovadamente, tiver dado causa.

5.3.11. Todo e qualquer veículo será depositado em vaga devidamente delimitada e demarcada a critério da Contratada, devendo ser acondicionado de forma a ser prontamente identificado tão logo seja necessário.

5.3.12. Todos os veículos serão depositados em vagas compatíveis com as suas dimensões.

5.3.13. Não serão remunerados em separado o depósito e a guarda de motores, caixas de câmbio e outras peças, fazendo parte da presente contratação.

5.3.14. O eventual manuseio de veículos no pátio após o depósito do veículo ou tracionado apreendido será de responsabilidade da contratada, a qual deverá ter equipamentos apropriados para tanto.

5.3.15. As peças ou partes eventualmente danificadas e separadas dos veículos deverão ser acondicionadas de forma segura e identificada, preferencialmente junto ao respectivo veículo, observadas as condições de espaço e segurança. Caso não seja possível mantê-las no interior do veículo, deverão ser armazenadas em local apropriado no pátio, com etiqueta de identificação vinculando-as ao veículo de origem, garantindo sua preservação e rastreabilidade.

5.3.16. Caso sejam encontrados objetos ou pertences no interior do veículo apreendido, estes deverão permanecer acondicionados no próprio veículo. Se, por motivo de segurança, dano estrutural ou risco de deterioração (em caso de bens perecíveis), não for possível o fechamento adequado do veículo, os itens deverão ser removidos e armazenados em área específica, segura, coberta, e devidamente identificada no depósito, com vinculação ao respectivo veículo mediante registro fotográfico e termo de conferência. A contratada será

integralmente responsável pela guarda e integridade dos pertences até sua restituição ou destinação pela autoridade competente.

5.3.17. O veículo ficará sob responsabilidade e guarda da contratada no respectivo depósito, que adotará as medidas necessárias para conservação do veículo no estado que o recebeu, salvo a deterioração natural por ação do tempo.

5.3.18. Quaisquer danos ou avarias que ocorram nos veículos sob sua guarda e que estejam no devido local do depósito serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, garantido à Administração o direito de regresso por eventuais prejuízos perante terceiros que tiver de indenizar.

5.3.19. Ao final do contrato, sob qualquer circunstância, o contratado deverá entregar o banco de dados com todos os registros fotográficos e dados referentes aos depósitos efetuados à contratante.

5.3.20. Necessário a utilização de software próprio para acesso às informações, e a contratada se obriga a conceder à contratante o respectivo programa e/ou licenças correspondentes, caso solicitado.

Da liberação

5.4. Liberação consiste em entregar o veículo ao seu devido proprietário, procurador ou a quem de direito, observadas a legislação em vigor.

5.4.1. O veículo somente será liberado após autorização, por meio de auto de depósito ou auto de entrega, expedido pela autoridade policial competente ou por determinação judicial, devendo a contratada se valer dos meios possíveis para atestar a autenticidade do documento. No caso de determinação judicial, ainda assim o veículo somente será liberado após expedido o auto de entrega e/ou depósito pela autoridade policial.

5.4.2. Para a retirada do veículo do pátio, a Contratada deverá observar os mesmos procedimentos de verificação adotados quando de sua entrada, visando garantir que não houve danos ou outras irregularidades durante o período de estadia nas dependências do pátio, devendo o formulário de verificação de retirada ser validado mediante a assinatura do proprietário do veículo ou seu procurador, e devidamente arquivado/alimentado no sistema informatizado.

5.4.3. Em caso de discordância do proprietário ou seu procurador com o estado de retirada do veículo, a Contratada deverá descrever o alegado pelo proprietário ou procurador no formulário de verificação de retirada, entregando-lhe uma via, providenciar novas fotografias do veículo e enviar comunicado do ocorrido à autoridade policial competente.

5.4.4. Após ciência à autoridade policial competente da discordância este deverá, através do sistema informatizado, comparar as fotografias do veículo nos momentos de entrada e retirada, bem como do auto de vistoria do agente público e documentos do inventário do pátio para atestar as condições do veículo e se houve danos ao veículo no período de estadia no pátio.

5.4.5. Os dias e horários de atendimento para liberação dos veículos no pátio deverão ser compatíveis com os horários de funcionamento dos cartórios das delegacias de polícia, devendo funcionar de segunda a sexta-feira das 09h00 às 17h00.

5.4.6. Caso o estado de conservação dos equipamentos de segurança do veículo não esteja adequado, o veículo poderá ser transportado internamente no pátio através de guincho ou empilhadeira da Contratada, sem ônus para o Estado e para o proprietário do bem.

5.4.7. Caso o proprietário do veículo não esteja devidamente habilitado, o condutor proprietário deverá solicitar a outra pessoa devidamente habilitada para conduzir o veículo ou então contratar um veículo guincho às suas próprias custas.

5.4.8. Não será permitida a retirada do veículo por pessoa que se apresente em estado de embriaguez ou torpor, mesmo que devidamente habilitada, devendo o funcionário responsável pelo pátio solicitar apoio policial para auxiliar na resolução do problema

Da estimativa de permanência de veículos no pátio

5.5. O tempo de permanência dos veículos apreendidos no pátio é indeterminado, variando conforme a tramitação dos procedimentos policiais ou judiciais a que estejam vinculados. A Administração não assume qualquer compromisso quanto à duração da permanência, sendo essa definida exclusivamente pelos desdobramentos legais de cada caso. Tal condição deverá ser considerada pela Contratada no dimensionamento da estrutura ofertada e na formulação de sua proposta.

Do pagamento das taxas

5.6. É expressamente proibida a cobrança de qualquer valor, sob qualquer justificativa ou título, diretamente ao proprietário, responsável ou a terceiros vinculados ao veículo apreendido. A contratada, bem como seus representantes, não poderá exigir ou receber qualquer quantia, independentemente da forma de pagamento ou da natureza da despesa alegada.

5.6.1. A contratada deverá fixar, em local visível ao público, aviso ostensivo com os seguintes dizeres: “É proibido qualquer tipo de cobrança neste local. Nenhum valor deve ser pago aos funcionários ou à empresa contratada.”

5.6.2. O descumprimento desta cláusula será considerado falta grave, passível de rescisão contratual por infração à legalidade e à moralidade administrativa, além das sanções cabíveis.

5.6.3. A constatação de qualquer tentativa ou prática de cobrança indevida, direta ou indireta, por parte da contratada ou de seus prepostos, será considerada infração gravíssima, ensejando, além da imediata notificação e registro da ocorrência, a aplicação das sanções contratuais cabíveis, incluindo multa,

rescisão por inexecução total ou parcial do contrato, e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.4. A contratada responderá civil, administrativa e penalmente por quaisquer valores exigidos ou recebidos em desacordo com o item 5.6 deste Termo de Referência, independentemente da devolução ou reparação do dano causado.

Relatório gerencial mensal

5.7. A contratada deverá elaborar e disponibilizar, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, relatório técnico e gerencial contendo o registro detalhado dos serviços prestados no mês anterior, compreendendo todas as entradas, saídas e movimentações de veículos no pátio, bem como a situação dos bens ainda sob sua guarda.

5.7.1. O relatório deverá ser disponibilizado à contratante, por meio de sistema informatizado, com acesso contínuo, seguro e em tempo real, permitindo a fiscalização da execução contratual a qualquer momento. O sistema deverá permitir extração de dados, geração de relatórios personalizados e visualização por filtros operacionais, além de possibilitar auditoria das informações.

5.7.2. O relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação da contratada (razão social, CNPJ, timbre e assinatura do responsável técnico);
- b) Data de emissão do relatório;
- c) Lista dos veículos que ingressaram no pátio durante o período de referência;
- d) Lista dos veículos que foram retirados, leiloados, transferidos ou destinados à compactação, com indicação da respectiva destinação;
- e) Identificação individual de cada veículo (placa e, na ausência, número do chassi);
- f) Tipo, marca, espécie, modelo e cor do veículo;
- g) Delegacia requisitante ou responsável, acompanhada do número do Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado ou Inquérito Policial vinculado;
- h) Nome completo, cargo/função e assinatura do responsável técnico pelo preenchimento e conferência das informações.

5.7.3. A ausência de entrega do relatório no prazo estipulado, ou sua apresentação com dados incompletos, inconsistentes ou inverídicos, será considerada infração contratual, sujeita à aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente, inclusive multa, advertência e, em caso de reincidência, rescisão contratual por inexecução.

5.7.4. A entrega regular e fidedigna dos relatórios, bem como a manutenção do acesso em tempo real ao sistema de gestão contratual, constitui obrigação

essencial da contratada, vinculando-se diretamente à liberação dos pagamentos devidos.

Recursos humanos e materiais

5.8. A Contratada disponibilizará pessoal em número necessário à realidade do pátio, de forma a garantir a execução do contrato e das atividades operacionais de recebimento, vistoria, execução de rotinas administrativas e atendimento ao público para liberação de veículos. Caberá à Contratada definir a quantidade mínima de funcionários necessários para cumprir com todas as obrigações contratuais.

5.8.1. Todos os profissionais vinculados à Contratada que atuarem no âmbito desta contratação deverão assinar o “Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso”, conforme modelo constante no Anexo I deste Termo, comprometendo-se a observar integralmente as normas de segurança, privacidade, e proteção de dados e informações.

5.8.2. Para o funcionamento do pátio, a Contratada disponibilizará, no mínimo:

5.8.2.1. Câmeras fotográficas digitais, com resolução igual ou superior a 05 (cinco) megapixels e zoom óptico de, no mínimo, 5x, a ser utilizada nas vistorias. Fica vedado o uso de câmeras fotográficas particulares para este fim;

5.8.2.2. Linha telefônica para o atendimento da Contratante;

5.8.2.3. Aparelho(s) de rádio comunicação ou celular(es) que permitam conexão com os funcionários do pátio, em número suficiente aos funcionários disponibilizados para tal função;

5.8.2.4. Equipamento de informática compatível com as versões atuais, visando a comunicação via "e-mail" com as unidades policiais e para controle digital dos veículos apreendidos e liberados;

5.8.2.5. Impressora multifuncional com possibilidade de digitalização e cópia de documentos;

5.8.2.6. Mobiliário em geral (mesa, cadeira, armário e arquivo) compatível para utilização dos funcionários e para guarda de materiais e insumos a serem utilizados nos pátios;

5.8.2.7. Compressor para enchimento dos pneus, se necessário;

5.8.2.8. Bateria automotiva selada, para auxílio na partida dos veículos, se necessário;

5.8.2.9. Carregador de bateria automotiva, para baterias de 12 e 24 volts, de até 100ah, para utilização se necessário;

5.8.2.10. Informatização dos dados relativos à prestação dos serviços realizados, contendo informação sobre todos os veículos depositados no pátio e os veículos liberados, possibilitando o fornecimento de estatísticas sobre os serviços executados, quando solicitado pela Contratante.

5.8.2.10.1. O sistema deverá conter registros referentes ao veículo e eventuais perícias e vistorias (ex.: número de boletim de ocorrência, unidade/autoridade requisitante, data de entrada, data de saída, e outras intercorrências, que ocorram com o veículo), sempre instruído com fotos de frente, traseira, laterais esquerda, direita, interior, chassis e motor.

5.8.3. O rol de recursos materiais mencionado nos itens acima é meramente exemplificativo, podendo a Contratada dispor de outros materiais que entender necessários para a perfeita execução dos serviços contratados

Preparação para leilão

5.9. A realização de leilão, bem como a determinação de sua periodicidade, é de competência exclusiva do órgão Contratante.

5.9.1. A Contratada fica obrigada a disponibilizar, no pátio, área para realização de leilões de veículos apreendidos e também franquear suas instalações aos visitantes interessados em participar de leilão público destinado à alienação dos veículos apreendidos, caso necessário, devendo tolerar inclusive a compactação e a descontaminação dos veículos arrematados no próprio pátio.

5.9.2. Uma vez determinado o leilão, a Contratada será notificada e deverá:

5.9.2.1. Isolar os veículos destinados para fins de leilão, de forma a deixá-los localizados e separados em área claramente definida e identificada, de modo a facilitar sua visão, acesso e visitação;

5.9.2.2. Garantir a limpeza do local onde estão os veículos;

5.9.2.3. Garantir retirada de obstáculos ao acesso dos veículos;

5.9.2.4. Proporcionar ações que facilitem o acesso de eventuais interessados em arrematar tais veículos (visitação), nos prazos definidos pela Comissão e em Edital;

5.9.2.5. Permitir a visitação dos interessados nos veículos recolhidos, devendo manter pessoal adequado para cuidar da segurança durante visitação que ocorrerá em dias úteis, conforme horários e regras estabelecidas no Edital de Leilão;

5.9.3. A Contratada será responsável pela guarda dos veículos levados a leilão até a entrega oficial do(s) bem(s) para o(s) arrematante(s).

Documento fiscal a ser emitido pela prestadora

5.10. A contratada tem a obrigação de expedir o documento fiscal correspondente aos serviços executados, recolhendo os respectivos tributos de acordo com a legislação vigente do município em que estiver situado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11. A Delegacia Seccional de Polícia de Osasco mant m contrato vigente com a empresa GP Service Remoção de Veículos, localizada no município de

Araçariguama/SP, responsável pela guarda dos veículos apreendidos. Dessa forma, todos os automóveis recolhidos no âmbito da circunscrição desta Seccional encontram-se sob custódia do referido pátio.

5.11.1. Diante de uma nova contratação, a remoção do acervo para o pátio da empresa contratada deverá ser acompanhada por fiscal servidor público da Polícia Civil previamente designado para a realização desta atividade.

5.11.1.1. Também deverá ser acompanhada por responsável/funcionário do atual pátio parceiro, bem como por responsável/funcionário da empresa contratada.

5.11.2. Para essas transferências especificamente, será realizada uma contratação extraordinária de empresa especializada na remoção dos veículos.

Serviços de remoção de veículos

5.12. Os serviços de remoção regular de veículos apreendidos nas unidades desta seccional de polícia, mediante guinchos, que complementam a atividade de depósito e guarda, serão contratados em procedimento licitatório diverso e posterior ao presente, porquanto as suas peculiaridades não se coadunam com o regime de execução contratual que pauta a presente contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período segunda-feira a sexta-feira, das 09h00 às 17h00.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da

Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1 . Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Para fins de pagamento considerará os critérios constantes no Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a", da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade **mensal**, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de

obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será a **empreitada por preço global**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;**

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.22. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

a) Objeto contratual semelhante ao desta licitação, com detalhamento dos tipos de serviços prestados, quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da execução;

b) Comprovação de que a empresa executou serviços correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da contratação, assim consideradas aquelas relacionadas à operação, gestão e administração de pátio destinado à guarda e custódia de veículos automotores, com valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, observando-se características operacionais equivalentes ao serviço de guarda e gestão de veículos automotores;

c) Os percentuais de execução poderão ser comprovados por meio do somatório de mais de um contrato, desde que devidamente documentados e somados de forma coerente;

d) O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente, com assinatura e qualificação do signatário. Caso não conste telefone ou meio de contato nos documentos, o licitante deverá apresentar, em anexo, declaração complementar contendo essas informações.

8.23.2. Deverá ser comprovada, ainda, a experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços similares, sendo aceitos atestados ou certidões emitidos por diferentes contratantes;

8.23.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.23.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.23.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.25. Tratando-se de consórcio:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.25.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso

essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 2.002.086,00 (dois milhões, dois mil e oitenta e seis reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) **Gestão/Unidade:** 0001/180276;

II) **Fonte de Recursos:** 150010001;

III) **Programa de Trabalho:** 180205;

IV) **Elemento de Despesa:** 339039;

6.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Osasco, 25 de maio de 2026

ASSINADO NO ORIGINAL

Antonio Carlos Tatsuo Bajo
Seção de Finanças

ANEXO I.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA**1. ENDEREÇO DAS UNIDADES POLICIAIS:**

UNIDADE POLICIAL	ENDEREÇO
Delegacia Seccional de Polícia de Osasco	Rua Dr. Mariano J. M. Ferraz, nº 625, Centro, Osasco – SP
1º Distrito Policial	Avenida General Pedro Pinho, nº 1.200, Pestana, Osasco – SP
2º Distrito Policial	Rua Osvaldo Cruz, nº 204, Jardim Veloso, Osasco - SP
3º Distrito Policial	Avenida São José, nº 222, Vila São José, Osasco – SP
4º Distrito Policial	Rua Rio Paranapanema, nº 70, Jardim Piratininga, Osasco – SP
5º Distrito Policial	Rua Melvin Jones, nº 152, Centro, Osasco - SP
Plantão 5º Distrito Policial (24 horas)	Avenida Marechal Rondon, nº 300, Centro, Osasco - SP
6º Distrito Policial	Rua Clotilde Galesi, nº 133, Bela Vista, Osasco – SP
7º Distrito Policial	Rua Nair Lucíola Rodrigues, nº 23, Vila Menk, Osasco – SP
8º Distrito Policial	Rua Joaquim Felix Ribeiro, nº 557, Vila Yolanda, Osasco – SP
9º Distrito Policial	Rua Carlos da Costa Ramalho Júnior, nº 145, Presidente Altino, Osasco – SP
10º Distrito Policial	Avenida João Ventura dos Santos, nº 866, Jardim Baronesa, Osasco – SP
Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes	Praça Pedro Salgado, nº 48, Vila Campesina, Osasco - SP
Delegacia de Investigações Sobre Infrações Contra o Meio Ambiente	Rua Virginia Aurora Rodrigues, nº 572, Centro, Osasco – SP
Setor de Homicídios e Proteção à Pessoa	Praça Pedro Salgado, nº 48, Vila Campesina, Osasco - SP
Delegacia de Defesa da Mulher	Rua Itabuna, nº 93, Centro, Osasco – SP
Delegacia de Proteção ao Idoso	Rua Melvin Jones, nº 160, Centro, Osasco – SP
Núcleo Corregedor	Rua Melvin Jones, nº 160, Centro, Osasco – SP

ANEXO I.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA**MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO**

A Contratada _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, com sede em _____, doravante designada Signatário, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessada em função da execução do objeto do contrato __/____ (Processo SEI nº _____).
2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.
4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa no contrato celebrado com o contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.
5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do

Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.

9. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, cuja cópia recebeu.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente.

_____, _____ de _____ de _____

Nome:

CPF:

ANEXO I.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA**TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO**

PROCESSO SEI nº ____ / ____

CONTRATO nº: ____

EMPRESA: _____

ENDEREÇO DO PÁTIO: _____

DATA DA VISTORIA: ____ / ____ / ____

SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO:

1. _____

2. _____

A Comissão de Fiscalização, no exercício de suas atribuições e em representação da Delegacia Seccional de Polícia de Osasco, procedeu, na presente data, à vistoria técnica do local acima descrito, com a finalidade de verificar o cumprimento das exigências contratuais relativas à construção e à operação do pátio destinado ao depósito e à guarda de veículos automotores e outros tracionadas apreendidas em decorrência de atos próprios da atividade de polícia judiciária, conforme especificações constantes do Edital nº _____. O presente Termo de Vistoria encontra-se devidamente instruído com checklist e memorial fotográfico, os quais registram e comprovam as condições observadas."

CHECKLIST**A - INFRAESTRUTURA GERAL DO PÁTIO**

ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIDO (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
1	Área total mínima		
2	Piso pavimentado		
3	Muro		
4	Sistema de iluminação externa		
5	Iluminação de emergência		
6	Sistema de vigilância		
7	Acesso para entrada e saída		
8	Ruas internas		

9	Área de manobra		
10	Área coberta para vistoria		
11	Área coberta para perícia		
12	Área coberta para peças		
13	Área para realização de leilão		
14	Área administrativa		

B – EQUIPAMENTOS E FUNCIONALIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIDO (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
1	Sistema informatizado		
2	Equipamentos de informática		
3	Linha telefônica		
4	Rádio ou celular operacional		
5	Câmera fotográfica ou celular		
6	Compressor de ar		
7	Bateria automotiva selada		
8	Carregador de baterias		
9	Claviculario para chaves		

C – DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIDO (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
1	Alvará de funcionamento		
2	Licença ambiental (se exigível)		
3	AVCB/CLCB		
4	Certificado de desratização		
5	Certificado de desinsetização		
6	Compressor de ar		
7	Bateria automotiva selada		
8	Carregador de baterias		
9	Claviculario para chaves		

D – MEMORIAL FOTOGRÁFICO

Foto 1:

Foto 2:

Foto 3:

_____, _____ de _____ de _____

ANEXO I.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA**MODELO: AUTO DE VISTORIA E REMOÇÃO VEICULAR**

CHECK LIST DO VEÍCULO						
DATA DA ENTRADA:	DELEGACIA:	PLACA DO VEÍCULO:	NÚMERO BO/TC/IP			KM VEÍCULO
TIPO DE VEÍCULO:					EMPRESA RESPONSÁVEL P/REMOÇÃO	
MARCA DO VEÍCULO:	MODELO DO VEÍCULO:		ANO DE FABRICAÇÃO:			ANO/MODELO:
NOME DO CONDUTOR DO GUINCHO:			Nº RG			
LEGENDA:						
N/A – NÃO SE APLICA	C – CONFORME	CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES			A – AVARIAS	
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES	
Veículo andando quando acionada a ignição						
Estado Geral da lataria						
Estado geral de vidros						
Estado geral dos bancos						
Estado dos pneus						
Possui Estepe						
Possui Rodas						
Existência de Motor e Caixa de Câmbio						
Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)						
Aparelhos de som e ou imagem						
Possui Retrovisores						
Possui Extintor de Incêndio						
Faróis e Lanternas íntegros						
Observações:		Policial Civil solicitante e assinatura: :				
Divergência de vistoria Remoção/Pátio		Observações:				
Nome do responsável pela vistoria no Pátio		Assinatura e nº RG:				

ANEXO I.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA**MODELO: AUTO DE VISTORIA PARA ENTRADA DE VEÍCULO NO PÁTIO**

CHECK LIST DO VEÍCULO						
DATA DA ENTRADA:	DELEGACIA:	PLACA DO VEÍCULO:	NÚMERO BO/TC/IP		KM VEÍCULO	
TIPO DE VEÍCULO:				EMPRESA RESPONSÁVEL P/REMOÇÃO		
MARCA DO VEÍCULO:	MODELO DO VEÍCULO:		ANO DE FABRICAÇÃO:		ANO/MODELO:	
NÚMERO DO CHASSI:			NÚMERO DO MOTOR:			
NOME DO CONDUTOR DO GUINCHO:			Nº RG/CPF			
LEGENDA:						
N/A – NÃO SE APLICA	C – CONFORME	CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES			A – AVARIAS	
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES	
Veículo andando quando acionada a ignição						
Estado Geral da lataria						
Estado geral de vidros						
Estado geral dos bancos						
Estado dos pneus						
Possui Estepe						
Possui Rodas						
Existência de Motor e Caixa de Câmbio						
Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)						
Aparelhos de som e ou imagem						
Possui Retrovisores						
Possui Extintor de Incêndio						
Faróis e Lanternas íntegros						
Observações:		Policial Civil solicitante e assinatura:				
Divergência de vistoria Remoção/Pátio		Observações:				
Nome do responsável pela vistoria no Pátio		Assinatura e nº RG:				

ANEXO I.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA**MODELO: AUTO DE VISTORIA DE PEÇAS E OBJETOS**

CHECK LIST DA PEÇA OU OBJETO						
DATA DA ENTRADA:		DELEGACIA:			NÚMERO BO/TC/IP	
TIPO DE PEÇA/OBJETO:					EMPRESA RESPONSÁVEL P/REMOÇÃO	
NÚMERO DO CHASSI:				NÚMERO DO MOTOR:		
NOME DO CONDUTOR DO GUINCHO:				Nº RG/CPF		
LEGENDA:						
N/A – NÃO SE APLICA		C – CONFORME		CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES		A – AVARIAS
Itens a serem inspecionados		C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES
Estado geral da peça ou objeto						
Possui numeração legível ou aparente						
Possui todos seus componentes						
Observações:				Policial Civil solicitante e assinatura:		
Divergência de vistoria Remoção/Pátio				Observações:		
Nome do responsável pela vistoria no Pátio				Assinatura e nº RG:		

ANEXO I.6 DO TERMO DE REFERÊNCIA**MODELO: AUTO DE VISTORIA PARA LIBERAÇÃO DE VEÍCULO**

CHECK LIST DO VEÍCULO						
DOCUMENTO AUTORIZANDO LIBERAÇÃO DO VEÍCULO (DATA, TIPO, RESPONSÁVEL):						
DATA DA SAÍDA:	DELEGACIA:	PLACA DO VEÍCULO:	NÚMERO BO/TC/IP		KM VEÍCULO	
TIPO DE VEÍCULO:				EMPRESA RESPONSÁVEL P/REMOÇÃO		
MARCA DO VEÍCULO:	MODELO DO VEÍCULO:		ANO DE FABRICAÇÃO:		ANO/MODELO:	
NÚMERO DO CHASSI:			NÚMERO DO MOTOR:			
NOME DO RESPONSÁVEL PELA RETIRADA:			Nº RG/CPF			
LEGENDA:						
N/A – NÃO SE APLICA	C – CONFORME	CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES			A – AVARIAS	
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES	
Veículo andando quando acionada a ignição						
Estado Geral da lataria						
Estado geral de vidros						
Estado geral dos bancos						
Estado dos pneus						
Possui Estepe						
Possui Rodas						
Existência de Motor e Caixa de Câmbio						
Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)						
Aparelhos de som e ou imagem						
Possui Retrovisores						
Possui Extintor de Incêndio						
Faróis e Lanternas íntegros						
Observações:						
Nome do responsável pela vistoria no Pátio:			Assinatura e nº RG: (Data e horário de saída)			
Identificação do receptor			Assinatura e nº RG:			

ANEXO I.7 DO TERMO DE REFERÊNCIA**MODELO: AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE OSASCO		AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS POR ATOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NO ÂMBITO DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE OSASCO	
CONTRATO Nº	PROCESSO Nº	PERÍODO: __/__/__ a __/__/__	DATA: __/__/20__
CONTRATADA:			
GESTOR DO CONTRATO:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EXEMPLIFICATIVO			
Grupo 1 – Qualidade dos Serviços	REALIZADO	NÃO REALIZADO	OBSERVAÇÃO
Acondicionamento dos veículos nos pátios			
Atendimento e recepção da entrada do veículo no pátio/postura			
Uniformes e identificação			
TOTAL	3	0	0
Grupo 2 – Pontualidade dos Serviços	REALIZADO	NÃO REALIZADO	OBSERVAÇÃO
Equipamentos e acessórios			
Recursos humanos e materiais para o pátio			
Vistoria adequada na entrada do veículo ao pátio			
TOTAL	3	0	0
Grupo 3 – Condições Mínimas Exigidas	REALIZADO	NÃO REALIZADO	OBSERVAÇÃO
Gerenciamento das Atividades Operacionais			
Atendimento às solicitações do Contratante			
Instalações adequadas, armazenamento apropriado e condições de segurança			
TOTAL			
		TOTAL REALIZADO	TOTAL NÃO REALIZADO
OBS:	O resultado é a somatória dos totais dos grupos 1, 2 e 3 para realizado e não realizado		0
Sendo para cada grupo 1 (um) não realizado, a Contratada receberá comunicado do Gestor para sanar a irregularidade ou falha constatada. Após essa constatação e comunicação, a empresa contratada estará sujeita as penalidades descritas, sem prejuízo das demais sanções previstas cabíveis.			

Estando devidamente cumprido os requisitos contratuais referente à Prestação de Serviços de Depósito e guarda de Veículos Automotores, Objetos e Tracionados, **APROVO** a respectiva planilha de entrada de veículos no pátio, referente ao mês de _____, sem qualquer ressalva.

_____, _____ de _____ de 20_____.

GESTOR DO CONTRATO

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE OSASCO

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00119750/2025-19

2. Descrição da necessidade

SERVIÇO DE GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E OUTROS TRACIONADOS APREENDIDOS EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA DE ATOS CARACTERÍSTICOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Artigo 5º, Inciso I do Decreto Estadual nº 68.017/2024

Objetivo

O Estudo Técnico Preliminar da Contratação é o documento que descreve as análises realizadas em relação às condições da contratação em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, e que demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação e integra a fase de Planejamento da Contratação.

O presente documento dedica-se a analisar aspectos fundamentais relacionados à demanda em questão, tais como: adequação técnica; funcionalidades e requisitos; adequação às normas vigentes; modelos de execução; capacidade mercado; estimativa preliminar custos do de e viabilidade econômico-financeira do objeto.

Contratação da prestação dos serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, objetos e peças apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco e suas unidades policiais subordinadas, com disponibilização de pátio, observadas condições e exigências que serão estabelecidas no Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Descrição da necessidade

O Contrato nº 01/2021, celebrado entre esta Administração e a empresa GP Service Remoção e Guarda de Veículos Ltda., nos autos do processo administrativo nº 17/2020 – DGP nº 1.393/2020, cujo objeto consiste na prestação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária, terá seu encerramento em 17 de março de 2026, não havendo possibilidade de nova prorrogação.

Esta Delegacia Seccional de Polícia de Osasco, bem como as unidades policiais subordinadas, não dispõem de estrutura física adequada para armazenar com segurança os veículos e bens apreendidos, o que ocasiona prejuízos de ordem estrutural, econômica, gerencial e administrativa, além de comprometer a eficiência, eficácia, economicidade e transparência da gestão pública. A ausência de pessoal especializado em nosso quadro funcional, por se tratar de atividade alheia às atribuições-fim desta Instituição, agrava ainda mais a situação, uma vez que a responsabilidade pela guarda dos veículos apreendidos mobiliza efetivo policial que deveria estar dedicado ao combate direto à criminalidade, prejudicando a própria estrutura da segurança pública e contrariando a legítima expectativa da sociedade.

A inexistência de estrutura adequada para depósito e guarda compromete o planejamento operacional desta Delegacia Seccional, impactando negativamente a segurança pública, a fluidez do trânsito, o atendimento ao cidadão

e o enfrentamento à criminalidade - situação particularmente sensível no município de Osasco, que, por sua localização estratégica, recebe intenso fluxo de veículos provenientes de diversos municípios, inclusive da capital.

Nos termos do §4º do artigo 271 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a remoção, o depósito e a guarda de veículos devem ser executados por órgão público ou, alternativamente, contratados mediante procedimento licitatório. Ressalte-se que o objeto da presente contratação se caracteriza como serviço comum, nos termos do artigo 6º, inciso XXI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por se tratar de atividade cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, com base em especificações usuais de mercado, premissas que serão adequadamente fundamentadas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

Ademais, trata-se de serviço de natureza contínua, uma vez que atende a uma necessidade permanente da Administração Pública, cuja interrupção acarretaria prejuízos à regularidade das atividades institucionais. Assim, diante do término do contrato vigente, torna-se imprescindível a realização de novo procedimento licitatório para garantir a continuidade da prestação.

Por fim, registre-se que a Resolução SSP nº 44, de 06 de abril de 2011, estabelece a obrigatoriedade de procedimento licitatório para a contratação de pátios destinados ao depósito e guarda de veículos automotores apreendidos pela Polícia Civil no exercício de atos de polícia judiciária, reforçando a necessidade da presente contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Finanças	MARCOS PAULO RODRIGUES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Artigo 5º, Inciso II do Decreto Estadual nº 68.017/2024

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento constitui estudo preliminar que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, com todas as etapas previstas no Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

Esta Delegacia Seccional de Polícia de Osasco tem sob sua égide dez Delegacias de Policiais Territoriais, cinco Delegacias de Polícia Especializadas, contando ainda com Cadeia Pública e diversos setores que atuam no desenvolvimento de atividades atinentes a atos característicos de polícia judiciária, acrescidas de ações administrativas.

Serão objeto da presente contratação a prestação do serviço de guarda e depósito de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Osasco, mediante disponibilização e administração de pátios.

O depósito consiste na colocação do veículo, tracionado ou de suas peças, em local adequado até sua destinação final. A guarda corresponde à vigilância exercida sobre o veículo e seus componentes no local em que estiver depositado, assegurando a preservação de suas características, peças e acessórios até a destinação final.

Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, trata-se de serviço comum, por ser composto de atividades padronizadas e definidas inteiramente por meio de especificações claras e objetivas, tanto no que se refere à aplicação de mão de obra quanto ao fornecimento de materiais, seguindo padrões usuais de mercado.

Os serviços deverão ser prestados de forma continuada, atendendo necessidade permanente da Administração Pública em período predeterminado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme previsto na legislação vigente.

O período da contratação será de 30 (trinta) meses, com possibilidade de prorrogação por iguais ou menores períodos, respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

O pátio deverá possuir **área mínima de 24.717,11 m²**, incluindo espaço para manobras de guinchos e demais veículos, ruas internas dimensionadas para movimentação, além de estrutura destinada à realização de perícias, vistorias, depósito de motores e caixas de câmbio e área para leilões, quando necessário. Deverá contar também com dependências para atendimento ao público, edificadas em alvenaria e cobertas, observando requisitos de acessibilidade e condições adequadas de atendimento, em conformidade com o Código de Obras e Edificações da Prefeitura de São Paulo (Lei nº 16.642/2017 e Decreto nº 57.776/2017).

Os serviços deverão ser prestados ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, inclusive em feriados.

O pátio deverá estar localizado em área cujo zoneamento permita o exercício da atividade, devidamente licenciado e autorizado pelos órgãos competentes, em raio máximo de 50 (cinquenta) quilômetros da sede desta Delegacia Seccional de Polícia de Osasco, situada na Rua Doutor Mariano J. M. Ferraz, nº 625, Centro, Osasco - SP.

A limitação da distância tem por objetivo evitar prejuízos à Administração e aos cidadãos, reduzindo custos com remoção de veículos apreendidos, despesas operacionais de fiscalização contratual e deslocamentos necessários para checagens e diligências relacionadas a procedimentos de polícia judiciária.

Não haverá exigência de garantia de contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, uma vez que tal medida acarretaria onerosidade adicional às propostas, comprometendo a economicidade da contratação, além de reduzir a competitividade do certame pela diminuição do número de empresas interessadas, o que poderia inclusive resultar em licitação deserta. Ademais, a exigência de garantia implicaria maior lentidão no procedimento, em razão do tempo necessário para adequação por parte da contratada, contrariando o princípio da celeridade que deve nortear os processos licitatórios.

As demais especificações técnicas e operacionais serão detalhadas no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

Critério de Julgamento

Por se tratar de serviços habituais e padronizados, a escolha do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, em formato totalmente eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor preço.

O critério de menor preço mostra-se adequado, uma vez que este Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a avaliação e a ponderação de aspectos técnicos adicionais, além dos requisitos mínimos estabelecidos nas especificações, não são pertinentes para os objetivos da Administração nesta contratação.

A economia almejada pela Administração será obtida mediante a competição entre empresas do setor, em processo licitatório regular e transparente, no qual o fator determinante será o menor preço por item, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, com base nesse critério, a Administração assegura a busca pela economicidade e pelo melhor custo-benefício. Embora a expectativa de resultado dependa dos preços praticados no mercado, a decisão final recairá sobre a empresa que apresentar o menor preço, em conformidade com a legislação vigente.

Modo de Disputa

O modo de disputa adotado será o aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, em conformidade com o inciso I do artigo 56 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

No sistema de licitação aberta, a etapa de lances ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, conduzida de forma simultânea por todos os participantes. Os valores ofertados serão registrados pelo sistema, sendo considerado vencedor aquele que apresentar o melhor preço ao final da fase competitiva.

Classificação dos Veículos

Os veículos que ficarão sob responsabilidade e guarda da contratada, objeto da licitação promovida pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco, serão organizados conforme a seguinte classificação:

- **Veículos leves:** automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas e similares.
- **Veículos pesados:** ônibus, micro-ônibus, caminhões, tratores (de rodas e mistos), reboques, semirreboques, chassi-plataforma, motor-casa e suas combinações.
- **Motocicletas:** ciclomotores, motonetas, motocicletas, triciclos e quadriciclos.
- **Outros tracionados e peças:** motores, caixas de câmbio, chassis de motocicletas e demais peças e acessórios.

A classificação poderá variar conforme o peso total combinado do veículo e do reboque, bem como em função das disposições específicas da legislação de trânsito vigente.

Localização

Conforme já informado o pátio deverá estar localizado em um raio máximo de **50 (cinquenta) quilômetros** da sede da Delegacia Seccional de Osasco, situada na Rua Dr. Mariano J. M. Ferraz, nº 625, Centro, Osasco/SP, CEP 06097-010. A área destinada deverá atender integralmente ao zoneamento urbano compatível com a atividade a ser desenvolvida, bem como dispor de todas as licenças ambientais, alvarás e demais autorizações exigidas pelos órgãos competentes.

A restrição quanto à localização do pátio, limitada a um raio máximo de 50 (cinquenta) quilômetros da sede da Delegacia Seccional de Osasco, fundamenta-se na necessidade de prevenir prejuízos tanto para a Administração Pública quanto para o cidadão cujo veículo tenha sido retido em decorrência de ações da polícia judiciária.

Tal medida visa mitigar os custos operacionais relacionados ao armazenamento e à guarda dos veículos apreendidos. Quanto maior a distância entre o pátio e a unidade policial responsável, mais elevados se tornam os gastos com a supervisão da execução contratual, incluindo deslocamentos e inspeções periódicas.

Adicionalmente, a proximidade do pátio é essencial para assegurar maior eficiência nos procedimentos administrativos e judiciais que envolvem veículos apreendidos, evitando atrasos e despesas adicionais decorrentes da necessidade de verificações pela unidade de polícia judiciária competente.

Prazo da Contratação e emissão de Ordem de Início dos Serviços

Considerando a singularidade, a complexidade e a natureza dos serviços e investimentos que devem ser realizados pela empresa contratada, estabelecem-se que o prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, a contar do início da execução dos serviços. Por igual período ou até mesmo por podendo esse prazo ser prorrogado um período inferior, desde que devidamente justificado pela Administração e em acordo com o artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

A prestação dos serviços terá início somente após a emissão da Ordem de Início de Execução dos Serviços, que deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato.

A liberação da Ordem de Início de Execução dos Serviços está sujeita à comprovação, por parte da Contratada, de que todas as exigências estipuladas no Termo de Referência e neste Estudo foram atendidas. Isso inclui a obtenção de todas as licenças, autorizações e alvarás necessários para a realização das atividades. Este processo deve ser concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato. Todas as despesas relacionadas à execução adequada dos serviços, especialmente aquelas referentes a garantias, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

A Ordem de Início de Execução dos Serviços será emitida pelo Contratante apenas após a confirmação do cumprimento das exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Estudo

A emissão da Ordem de Serviço ocorrerá apenas após o cumprimento integral de todas as exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência. Isso será possível mediante a realização de uma vistoria prévia, que será documentada por meio do Termo de Vistoria e Notificação, elaborado pela Seccional.

O termo de vistoria e notificação é o documento apropriado para a realização da verificação in loco e a confirmação do cumprimento integral das exigências estabelecidas no Edital pela empresa contratada. Ele abrange a avaliação das instalações, equipamentos, materiais, documentação e outros requisitos essenciais para o início dos serviços de guarda e depósito de veículos da Delegacia Seccional de Polícia.

O preenchimento do termo de vistoria e notificação será realizado em duas vias, as quais devem ser assinadas tanto pelo servidor responsável do órgão (vistoriador) quanto pelo representante ou funcionário da empresa contratada que estiver presente, sempre que possível.

Uma via será fornecida à Contratada, servindo como notificação.

Uma via será digitalmente incorporada aos Autos do Processo e enviada à Seção de Finanças para a emissão da Ordem de Início de Serviço, caso todas as condições estabelecidas no Edital sejam plenamente atendidas, permitindo assim o início da prestação dos serviços.

O Termo de Vistoria e Notificação constitui um elemento essencial do contrato de prestação de serviços de guarda e depósito de veículos, estabelecido entre as partes mencionadas anteriormente.

O Termo, ao ser entregue à Contratada, serve como uma Notificação para o início da contagem dos prazos referentes à instalação e/ou adequação dos pátios, caso estes se façam necessários.

Prorrogação do prazo para instalação ou adequação do pátio

O prazo destinado à instalação e/ou adequação do pátio e dos equipamentos pode ser por um prorrogado período adicional de até 90 (noventa) dias, podendo ocorrer apenas uma vez, desde que se comprove a existência de atrasos na obtenção das licenças, autorizações e alvarás, os quais não sejam atribuíveis à Contratada.

Decorridos os prazos estipulados sem que tenha sido comprovado o cumprimento das exigências necessárias para a execução das atividades de depósito e guarda de veículos, o contrato será automaticamente rescindido.

Especificação da área destinada ao pátio

A área designada para a prestação do serviço de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados deve ser isolada das outras áreas. Esta deve ser circundada por uma estrutura de alvenaria ou cerca de alambrado, atingindo uma altura mínima de 2,50 metros. Além disso, é fundamental que esta área contenha:

- Iluminação geral: O espaço deve contar com um sistema de iluminação eficaz, assegurando visibilidade adequada em todas as áreas do pátio.
- Iluminação de emergência: Deve ser implementado um sistema de iluminação de emergência para garantir a segurança em caso de falta de energia elétrica.
- Sistema de vigilância: A instalação de câmeras de monitoramento é essencial, localizadas em pontos estratégicos. Essas câmeras devem ter capacidade para cobrir toda a área onde os veículos

apreendidos estão estacionados, bem como as entradas e saídas, com um sistema de armazenamento que mantenha as imagens gravadas por um período mínimo de 6 (seis) meses.

- Pavimentação do piso: O piso deve ser revestido com materiais resistentes, como massa asfáltica ou concreto, projetados para suportar o tráfego de veículos.
- Espaço para área de manobras: É necessário garantir espaço amplo o suficiente para facilitar a manobra dos veículos no interior do pátio.
- Acesso controlado: O acesso ao pátio deve ser exclusivo para a circulação de veículos, dotado de um portão que deve ser fechado imediatamente após a passagem do veículo, a fim de impedir a entrada de pessoas não autorizadas.
- Área para realização de perícias: Deve ser prevista uma área apropriada para a realização de perícias, equipada com iluminação adequada e protegida de intempéries.
- Refúgio na entrada do pátio: A entrada do pátio deve ser coberta e contar com iluminação apropriada, proporcionando condições favoráveis para a realização de vistorias nos veículos assim que eles chegam.

Os veículos que foram apreendidos deverão ficar armazenados no pátio, com a devida separação entre eles.

O pátio poderá incluir outras áreas ou edificações além das já mencionadas, desde que tais adições estejam estritamente ligadas à execução dos serviços previstos no contrato.

O pátio deverá ser submetido, a cada 6 (seis) meses, a um processo de desinsetização e desratização, sendo que a Contratada deve apresentar comprovações desse procedimento à Contratante.

Veículos que tenham sido danificados ou colididos e estão sob custódia precisam receber as devidas proteções, como coberturas apropriadas, ou devem ser armazenados em locais cobertos. Essa medida visa não apenas preservar as condições do veículo, mas também prevenir a criação de ambientes propícios para insetos e vetores de doenças.

A contratada deverá providenciar um espaço adequado, que seja fechado e coberto, destinado ao armazenamento e à proteção de motores e transmissões que possam ser apreendidos.

As zonas designadas para o atendimento ao público, bem como para os serviços administrativos, devem ser edificadas e cobertas, levando em consideração os seguintes aspectos:

- As liberações deverão acontecer através de agendamentos prévios, garantindo assim a organização do processo;
- Para tanto, o pátio onde as operações ocorrerão precisa estar em condições ideais de uso, cumprindo todas as normas relacionadas à ocupação do solo e gozando de um Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros que esteja válido;
- A responsabilidade por realizar todas as adaptações necessárias para garantir que o imóvel atenda aos requisitos dos órgãos públicos e das concessionárias de serviços públicos recai sobre a Contratada. Além disso, ela deve assegurar que todas as licenças necessárias ao funcionamento estejam em ordem;
- Ademais, a Contratada deve permitir o acesso de visitantes interessados em participar do leilão público promovido para a venda dos veículos apreendidos, garantindo que todos tenham a oportunidade de participar desse evento.

Recursos humanos e materiais

A Contratada deverá se comprometer em alocar um número adequado de profissionais conforme as necessidades do pátio, visando garantir a execução do contrato e das atividades operacionais. Isso inclui o recebimento dos veículos, a realização de vistorias, a implementação de rotinas administrativas e o atendimento ao público para a liberação de veículos, que deverá ser previamente agendada. A Contratada terá a responsabilidade de determinar o número mínimo de funcionários requeridos para garantir o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato.

Os veículos terão suas chaves cuidadosamente armazenadas em um claviculário, o que facilitará a sua localização no momento da devolução aos legítimos proprietários ou a quem tiver direito. Este processo deverá ser feito mediante a apresentação de uma autorização válida, emitida pela autoridade policial ou judiciária competente.

Para garantir o funcionamento eficiente do pátio, a empresa contratada se compromete a fornecer, no mínimo, os seguintes equipamentos e recursos:

- Câmeras digitais ou smartphones: Deverão ter uma resolução mínima de 5 megapixel e zoom óptico de pelo menos cinco vezes, a serem realizados durante o procedimento de vistoria;
- Linha telefônica: Disponibilizada para atendimento à Contratante e demais usuários do serviço público;
- Equipamentos de informática: Compatíveis com as versões mais atualizadas, para facilitar a comunicação por correio eletrônico, e controle informatizado do acervo;
- Dispositivos de comunicação: Rádio comunicadores ou aparelhos de telefone celular, em quantidade suficiente para que todos os funcionários possam se comunicar de maneira eficiente;
- Impressora multifuncional: Com capacidade para impressão e digitalização de documentos;
- Mobiliário: Incluindo mesas, cadeiras, armários e espaço para arquivo físico, adequado para uso dos funcionários e devido armazenamento de materiais e insumos a serem utilizados durante a execução dos serviços;
- Compressor de ar: Para o enchimento dos pneumáticos, caso seja necessário;
- Bateria automotiva selada: Para auxiliar no acionamento de partida, caso seja necessário;
- Carregador de baterias automotivas: Compatível com baterias de 12 e 24 volts, com capacidade de até 100ah, para uso conforme necessidade;
- Sistema informatizado: Sistema ou software que registre todos os dados relacionados à prestação dos serviços, incluindo informações sobre os veículos automotores de entrada e saída. Essas informações sobre veículos depositados e liberados, deverá permitir a geração de estatísticas sobre os serviços prestados, conforme solicitado pela Contratante. Esses itens são essenciais para assegurar um serviço de qualidade e eficiência nas operações do pátio. O sistema deverá incluir registros detalhados sobre o veículo, abrangendo eventuais perícias e vistorias. Essa documentação deve incluir informações como o número do boletim de ocorrência ou documento equivalente, a unidade policial ou Autoridade que fez a requisição, bem como as datas de entrada e saída, além de quaisquer outros eventos relacionados ao veículo. É imprescindível que esses registros sejam acompanhados de fotografias que capturem a vista frontal, traseira, laterais esquerda e direita, além do interior, chassi e motor do veículo, tanto na sua entrada quanto na sua saída.

O rol dos recursos materiais citados anteriormente é meramente ilustrativo, permitindo que a Contratada utilize outros materiais que considere essenciais para a execução adequada dos serviços pactuados.

Forma de execução dos serviços

Os serviços de armazenamento e depósito serão prestados de maneira contínua pela empresa contratada, operando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

O veículo será aceito no pátio após a apresentação dos seguintes documentos pelo responsável pela remoção:

- Determinação da autoridade policial da unidade solicitante para o depósito e a guarda do veículo no pátio;
- Cópia do Auto de Vistoria referente à remoção;
- Número do boletim de ocorrência, termo circunstanciado ou do inquérito policial que deu origem à apreensão do veículo ou da peça.

Os documentos precisam ser elaborados utilizando o formulário específico da Polícia Civil e devem estar devidamente assinados pela Autoridade Policial.

O recebimento do veículo ocorrerá no pátio, onde um colaborador da Contratada, devidamente identificado e capacitado, realizará uma nova vistoria. Este profissional comparará as condições do veículo com as informações constantes no Auto de Vistoria para Remoção recebido anteriormente, e, fará novas fotografias do veículo.

A vistoria deverá incluir, no mínimo, os seguintes elementos, conforme o modelo estipulado para o Auto de Vistoria referente à entrada do Veículo no Pátio:

- Identificação da Delegacia: Número e nome da unidade policial responsável pela ocorrência;
- Data da Ocorrência: Registro da data em que a vistoria foi realizada;

- Número do Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado ou Inquérito Policial: Referência a numeração do documento que deu origem ao envio do bem ao pátio;
- Características do Veículo: Incluindo marca, modelo, ano de fabricação chassi e placa;
- Quilometragem: Registro da distância percorrida;
- Funcionamento da Ignição: Verificação se o veículo estava em movimento ao ser acionada a ignição;
- Estado da Lataria: Avaliação geral das condições externas do veículo;
- Condições dos Vidros: Inspeção do estado geral dos vidros;
- Estado dos Assentos: Avaliação das condições dos bancos;
- Condições dos Pneus: Inspeção do estado dos pneus;
- Presença de Rodas: Confirmação se o veículo possui rodas;
- Existência de Estepe: Verificação se há estepe disponível;
- Componentes Mecânicos: Existência de motor e caixa de câmbio;
- Equipamentos Obrigatórios: Checagem de itens essenciais como chave de rodas e triângulo;
- Sistema de Som e Imagem: Presença de aparelhos de áudio e/ou vídeo;
- Retrovisores: Verificação se os retrovisores estão presentes;
- Extintor de Incêndio: Confirmação da presença deste equipamento de segurança;
- Integridade de Faróis e Lanternas: Avaliação das condições de faróis e lanternas;
- Observações e Divergências: Anotações sobre quaisquer particularidades identificadas;
- Identificação dos Responsáveis: Identificação do Policial Civil que elaborou o auto de vistoria e do operador do guincho encarregado da remoção até o pátio de destino.

Em situações onde forem identificadas discrepâncias em comparação à inspeção previamente executada, a parte contratada deverá:

- Notificar o fiscal ou gestor do contrato, registrando a divergência com data e hora, e documentar visualmente as informações através de fotografias das discrepâncias observadas, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.
- Imediatamente, tomar as medidas necessárias para identificar o momento em que ocorreu o dano, seja antes, durante ou após o transporte.
- Verificar se os danos alegados foram anotados no documento de vistoria no momento da entrada no pátio, confirmando, quando aplicável, a existência prévia dos danos através de registros fotográficos realizados pela empresa responsável pelo transporte no ato da retirada do veículo e pela própria contratada na entrada no pátio.
- Assumir total responsabilidade pelos danos que, comprovadamente, tiverem sido causados.

Todo e qualquer veículo deverá ser estacionado em uma vaga específica, devidamente delimitada e demarcada, conforme a avaliação da Contratada. Além disso, é necessário que os veículos sejam organizados de maneira que possam ser facilmente identificados sempre que necessário.

Os veículos de grande porte e pesados serão estacionados em espaços adequados às suas dimensões.

Os serviços relacionados ao depósito e à guarda de motores, caixas de câmbio e demais componentes não serão remunerados separadamente, pois estão incluídos no escopo da presente contratação.

A responsabilidade pelo manuseio de veículos ou tracionados no pátio, após o depósito, recai sobre a Contratada. Esta deve dispor de equipamentos adequados para a realização dessa atividade na presente contratação.

Todos os danos ou avarias que ocorrerem nos veículos sob a custódia da Contratada e que estejam no local apropriado de armazenamento serão de responsabilidade integral da Contratada. Além disso, a Administração terá o direito de reivindicar ressarcimento por eventuais danos que precisar compensar a terceiros.

A respeito da autorização para a liberação de veículos que estão sob a custódia do pátio:

- Liberação consiste em entregar o veículo ao seu devido proprietário, procurador ou a quem de direito, observadas a legislação em vigor
- O veículo somente será liberado após autorização, por meio de auto de depósito ou auto de entrega, expedido pela autoridade policial competente ou por determinação judicial, devendo a contratada se valer dos meios possíveis para atestar a autenticidade do documento. No caso de determinação judicial, ainda assim o veículo somente será liberado após expedido o auto de entrega e/ou depósito pela autoridade policial.

- Para a retirada do veículo do pátio, a Contratada deverá observar os mesmos procedimentos de verificação adotados quando de sua entrada, visando garantir que não houve danos ou outras irregularidades durante o período de estadia nas dependências do pátio, devendo o formulário de verificação de retirada ser validado mediante a assinatura do proprietário do veículo ou seu procurador, e devidamente arquivado e alimentado no sistema informatizado.
- Em caso de discordância do proprietário ou seu procurador com o estado de retirada do veículo, a Contratada deverá descrever o alegado pelo proprietário ou procurador no formulário de verificação de retirada, entregando-lhe uma via, providenciar novas fotografias do veículo e enviar comunicado do ocorrido à autoridade policial competente.
- Após ciência à autoridade policial competente da discordância este deverá, através do sistema informatizado, comparar as fotografias do veículo nos momentos de entrada e retirada, bem como do auto de vistoria do agente público e documentos do inventário do pátio para atestar as condições do veículo e se houve danos ao veículo no período de estadia no pátio.
- Os dias e horários de atendimento para liberação dos veículos no pátio deverão ser compatíveis com os horários de funcionamento dos cartórios das unidades policiais, devendo funcionar de segunda a sexta das 09h00 às 17h00.
- Caso o estado de conservação dos equipamentos de segurança do veículo não esteja adequado, o veículo poderá ser transportado internamente no pátio através de guincho ou empilhadeira da Contratada, sem ônus para o Estado e para o proprietário do bem.
- Caso o proprietário do veículo não esteja devidamente habilitado, o condutor proprietário deverá solicitar a outra pessoa devidamente habilitada para conduzir o veículo ou então contratar um veículo guincho às suas próprias custas
- Não será permitida a retirada do veículo por pessoa que se apresente em estado de embriaguez ou torpor, mesmo que devidamente habilitada, devendo o funcionário responsável pelo pátio solicitar apoio policial para auxiliar na resolução do problema.
- As informações referentes aos horários de funcionamento, acompanhadas do “número de telefone para contato”, devem ser afixadas em um local visível na parte externa do depósito ou pátio.

A Contratada deverá assegurar que o imóvel utilizado como depósito esteja em conformidade com as normas estabelecidas pela prefeitura municipal e demais órgãos competentes, o que inclui a regularização junto ao Corpo de Bombeiros Militar de São Paulo (CBMSP).

É dever inalienável e insubstituível da empresa contratada emitir a documentação fiscal correspondente aos serviços oferecidos, assegurando o recolhimento dos tributos pertinentes ao pagamento do serviço contratado. Essa obrigação deve ser cumprida em conformidade com as diretrizes estabelecidas neste Estudo, no Termo de Referência, no Edital, na Minuta Contratual, na proposta apresentada, bem como nas legislações em vigor.

Relatório Mensal de Informações

Com o objetivo de assegurar uma maior transparência, aprimorar a supervisão e facilitar o acompanhamento da execução do contrato, a empresa contratada deverá apresentar Relatório Mensal de Informações. Este documento deverá detalhar os serviços realizados e registrar quaisquer ocorrências relevantes relacionadas à execução das atividades.

Este documento deve conter um detalhamento acerca dos serviços realizados, detalhamento das entradas e das saídas e quaisquer outras ocorrências relevantes dignas de registro.

Este documento deverá ser enviado ao gestor do contrato para a devida análise.

Os serviços serão prestados e aceitos de forma definitiva com a entrega deste relatório mensal, que deverá incluir, pelo menos, as seguintes informações:

- Lista detalhada das entradas e saídas dos veículos armazenados durante o mês, contendo a identificação dos veículos, incluindo suas placas e as respectivas datas de entrada e saída do pátio;
- Apresentar a quantidade total de veículos em custódia;
- Registro de todos os documentos fiscais emitidos.

Neste relatório, é possível incluir informações adicionais que o Fiscal de Pátios local e a Contratada considerem relevantes.

Da Previsão e Preparação para realização de Leilão

Diante da crescente demanda por veículos destinados a leilão, e considerando a necessidade de liberar área útil no pátio contratado, bem como a impossibilidade de remoção desses veículos dos pátios antes da realização do certame, estabelece-se que, tão logo o leilão seja confirmado, a empresa contratada será formalmente comunicada e deverá:

implementar ações que promovam o acesso de potenciais interessados na arrematação de veículos, permitindo a visita nos prazos estabelecidos pela Comissão e detalhados no Edital.

Os veículos destinados ao leilão deverão ser isolados, organizando-os em uma área claramente designada e identificada, o que tornará o acesso, a visualização e a visita mais práticas e eficientes.

Durante a realização do leilão, os veículos poderão ser transferidos para um local específico indicado pela Contratante, garantindo que permaneçam acessíveis aos interessados.

Além disso, é necessário permitir a visita dos veículos recolhidos, mantendo equipe adequada para assegurar a segurança dos visitantes nos dias úteis, respeitando os horários e normas estipulados no Edital de Leilão.

A limpeza do local onde os veículos estão armazenados também é uma prioridade, assim como a remoção de qualquer obstáculo que possa dificultar o acesso a esses veículos.

A empresa contratada assumirá a responsabilidade pela custódia dos veículos que forem levados a leilão, mantendo-os sob sua guarda até a formalização da entrega do(s) bem(s) ao(s) arrematante(s).

A organização do leilão e a definição de sua frequência são responsabilidades que cabem unicamente ao órgão Contratante.

5. Levantamento de Mercado

Artigo 5º, Inciso III do Decreto Estadual nº 68.017/2024

O setor de terceirização de mão de obra apresenta uma vasta e variada gama de opções. Há uma variedade extensa de empresas, produtos e serviços que podem ser contratados pela Administração.

Apesar da existência de diversas empresas especializadas na guarda e depósito de veículos apreendidos, o número de contratantes é reduzido. Esse cenário resulta na formação de um grupo restrito, sendo composto principalmente por algumas unidades de despesas da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Como resultado, a pesquisa realizada para embasar este estudo compõe-se de um conjunto de informações relacionadas às principais solicitantes de serviços de terceirização para guarda e depósito de veículos.

Além disso, foi analisada a possibilidade de celebrar convênio com a Municipalidade de Osasco, porém o ente municipal manifestou desinteresse em firmar tal parceria.

Foram averiguadas as alternativas adotadas por diferentes unidades de despesas da Polícia Civil no que diz respeito à guarda e ao depósito de veículos apreendidos. Todas as análises realizadas convergiram para uma alternativa viável: a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de guarda e depósito de veículos automotores e outros tracionados.

A ausência de servidores capacitados para executar as funções demandadas pelos profissionais necessários é um fator crucial a ser considerado. Por fim, cabe ressaltar que não houve a aplicação de penalidades severas na execução de contratos anteriores relacionados a serviços de similar natureza.

Após uma minuciosa análise das fontes de pesquisa, bem como das necessidades identificadas e das reflexões realizadas ao longo deste estudo, a alternativa considerada mais apropriada para atender a demanda desta Delegacia Seccional e seus objetivos institucionais e estratégicos foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de guarda e depósito de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária. Essa empresa será responsável pela prestação de serviços contínuos, contando com mão de obra não exclusiva, para o armazenamento adequado dos veículos apreendidos nas unidades subordinadas.

Verificou-se, portanto, que o mercado possui número limitado de empresas aptas a executar o serviço com infraestrutura adequada, especialmente no que se refere à área mínima exigida e sistemas de controle. Constatou-se também que há variação significativa na metodologia de precificação: algumas empresas utilizam valores unitários por tipo de veículo e período de custódia, enquanto outras adotam modelos de remuneração global mensal, a depender da capacidade instalada e do volume estimado de apreensões.

As informações coletadas foram essenciais para confirmar a viabilidade técnica da contratação, identificar práticas usuais do mercado, avaliar a capacidade instalada dos potenciais fornecedores e estabelecer parâmetros para a futura estimativa de preços, subsidiando a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar.

A definição das dimensões das vagas foi realizada conforme as especificações do Código de Edificações de Obras do Município de São Paulo. Os parâmetros considerados foram:

- **Veículos leves (pequenos):** 9,90 m²
- **Veículos pesados (grandes):** 24,80 m²
- **Motocicletas:** 2,00 m²

No que se refere ao levantamento de mercado, nos termos do inciso III do artigo 5º do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, cumpre esclarecer que a solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de guarda, depósito e gestão de veículos automotores apreendidos, atividade que apresenta características operacionais específicas e demanda estrutura adequada para atendimento das necessidades da Administração.

Diferentemente de contratações comuns de serviços continuados, a prestação de serviço de pátio para veículos apreendidos envolve um conjunto integrado de atividades, dentre as quais se destacam: disponibilização de área física adequada para armazenamento de grande volume de veículos, controle de entrada e saída de bens apreendidos, sistema de vigilância e monitoramento por câmeras, segurança patrimonial, organização e identificação dos veículos depositados, controle administrativo e operacional, bem como atendimento às demandas de liberação e movimentação determinadas pela autoridade competente.

Além disso, a estrutura necessária para a adequada execução do serviço exige que o prestador disponha de área compatível com a demanda estimada, infraestrutura logística apropriada, sistemas de controle e gestão, vigilância permanente e condições de segurança, de modo a preservar a integridade dos veículos sob custódia do Poder Público.

Nesse contexto, o levantamento de mercado demonstrou que o universo de fornecedores aptos a atender simultaneamente a todos esses requisitos tende a ser naturalmente mais restrito, uma vez que nem todas as empresas possuem área física disponível, estrutura operacional, sistemas de monitoramento e capacidade logística compatíveis com as exigências inerentes à atividade.

Importa ressaltar que os requisitos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar não configuram restrições indevidas à competitividade, mas sim condições mínimas necessárias à adequada execução do serviço, tendo em vista a natureza sensível da atividade, que envolve a guarda de bens apreendidos sob responsabilidade da Administração Pública, exigindo elevados padrões de controle, segurança e rastreabilidade.

Assim, eventuais limitações identificadas no universo de fornecedores decorrem das especificidades técnicas e operacionais do próprio objeto contratual, sendo imprescindíveis para assegurar a eficiência, a segurança e a regularidade na gestão dos veículos apreendidos.

Dessa forma, certifica-se que os requisitos definidos para a contratação mostram-se tecnicamente indispensáveis à execução adequada do serviço, não havendo, no presente caso, elementos que indiquem a possibilidade de flexibilização sem prejuízo ao interesse público e à segurança dos bens custodiados.

6. Descrição da solução como um todo

Diante das especificidades do serviço e das características identificadas, considera-se que a solução mais adequada será a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência de atos característicos de Polícia Judiciária. Essa medida atende à necessidade permanente da Delegacia Seccional de Polícia de Osasco e de suas unidades subordinadas, garantindo a execução das atividades por profissionais capacitados e com estrutura adequada para o armazenamento seguro dos bens.

A contratação deverá ocorrer de forma continuada, sem dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, por meio de empresa especializada, assegurando a economicidade e a eficiência da gestão pública. O procedimento será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, conforme prática consolidada da Administração, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, de modo a selecionar a proposta mais vantajosa para o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Artigo 5º, Inciso IV do Decreto Estadual nº 68.017/2024

Considerando as especificidades do serviço de depósito e guarda de veículos automotores e demais bens tracionados apreendidos no exercício das atribuições de polícia judiciária, esta Delegacia Seccional de Polícia de Osasco realizou levantamento técnico minucioso do acervo atualmente sob custódia, bem como das projeções de novas apreensões ao longo da futura vigência contratual.

Cumprido destacar que, ao longo dos últimos 10 (dez) anos de execução contratual, a área atualmente utilizada para o pátio de veículos mostrou-se adequada e suficiente para atender às necessidades da Administração Pública, absorvendo de forma contínua e regular o fluxo de apreensões decorrentes da atividade policial, sem prejuízo à

guarda, à preservação e à rastreabilidade dos bens apreendidos. O histórico operacional evidencia que a metragem contratada atendeu plenamente ao interesse público, mesmo diante do crescimento gradual do acervo, encontrando-se, no presente momento, próxima ao seu limite máximo de ocupação.

Tal situação decorre, sobretudo, do acúmulo natural de veículos apreendidos que aguardam destinação final, especialmente aqueles classificados como passíveis de alienação por meio de leilão. Nesse contexto, a previsão concreta de realização de leilões públicos de veículos apreendidos no curso do exercício de 2026, pela Copmissão de Leilões desta Delegacia Seccional, configura elemento central e determinante para a adequada gestão do espaço físico do pátio. A efetivação desses certames resultará na liberação significativa de área útil, restabelecendo margem operacional suficiente para absorver novas apreensões ao longo da vigência do novo contrato.

Dessa forma, a manutenção da mesma metragem atualmente contratada, estimada em 24.717,11 m², revela-se não apenas razoável, mas estrategicamente adequada. Uma vez realizada a alienação dos veículos acumulados, a área remanescente passará a dispor de capacidade operacional compatível com a demanda projetada, permitindo o pleno atendimento das necessidades da Administração sem a imposição de custos adicionais decorrentes da ampliação de espaço ou da celebração de ajustes contratuais supervenientes. Trata-se, portanto, de solução que concilia planejamento, racionalidade administrativa e eficiência na alocação de recursos públicos.

Importa ressaltar que a experiência acumulada ao longo da última década demonstra que o dimensionamento do pátio não deve ser pautado exclusivamente pelo cenário momentâneo de ocupação máxima, mas sim por uma análise dinâmica do ciclo de entrada e saída dos bens apreendidos. Nesse sentido, os leilões periódicos constituem instrumento essencial de gestão patrimonial, permitindo a rotatividade do acervo e o uso racional da área, razão pela qual sua previsão no planejamento contratual legítima e fundamenta a opção pela manutenção da metragem atual.

Sob o aspecto jurídico, a contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, modalidade adequada à contratação de serviços comuns, com critério de julgamento pelo menor preço, conforme disposto no artigo 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Ademais, a contratação enquadra-se na natureza de serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo plenamente justificável a adoção de prazo contratual alongado, haja vista tratar-se de necessidade permanente da Administração Pública. A interrupção do serviço de depósito e guarda de veículos apreendidos acarretaria prejuízos diretos à atividade policial, à segurança pública e à adequada conservação dos bens sob custódia estatal.

Diante do exposto, conclui-se que a manutenção da área mínima de 21.240,39 m², aliada à programação de leilões no exercício de 2026, constitui solução técnica, econômica e administrativamente mais vantajosa, assegurando a continuidade do serviço, a eficiência na gestão do espaço físico e o atendimento pleno do interesse público, com base em experiência consolidada de mais de uma década de utilização da área para o mesmo propósito.

Atualmente, os veículos, outos tracionados e peças apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciais, encontram-se sob a custódia da empresa GP Service Remoção de Veículos Ltda.

O planejamento do pátio considerou as zonas reservadas para o armazenamento de veículos leves, pesados e motocicletas, além de peças e componentes como motores, caixas de câmbio e outros itens relacionados.

As proporções apresentadas são meramente estimativas e poderão ser ajustadas conforme as necessidades da Contratante. Para a elaboração da estimativa, foram levadas em conta diversas informações relacionadas ao passivo atual, incluindo apreensões, remoções e devoluções mensais realizadas no pátio atualmente contratado.

O parâmetro adotado para calcular a área mínima do pátio considerou o passivo atual de veículos. Esse cálculo já incorpora as entradas e saídas registradas no último ano de contrato. Assim, o passivo atual de veículos evidencia a demanda por espaço ao longo do período contratual estipulado.

O passivo a ser transferido possui caráter estimativo, uma vez que o contrato ainda se encontra em vigor, não sendo possível sua identificação precisa neste momento. Ressalta-se que esse valor poderá sofrer alterações até a efetiva transferência, em razão de novas apreensões ou eventuais liberações, além da imperativa necessidade de realização de leilão, já em curso.

As dimensões das vagas de estacionamento foram determinadas levando-se em consideração as diretrizes estabelecidas no Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, especificamente no Anexo I – Disposições Técnicas, na seção 8 – Do Estacionamento, subitem 8.I.

A Contratada tem a possibilidade de operar em uma única área ou em até duas áreas distintas, desde que a soma dessas áreas atinja a metragem mínima exigida para o pátio, com dimensões exigidas no subitem anterior.

O espaço do pátio deverá ser projetado para facilitar manobras de guinchos e outros veículos, com ruas adequadamente dimensionadas para essa finalidade. É fundamental considerar, ainda, a infraestrutura necessária que a empresa contratada deverá atender, garantindo assim a execução eficiente dos serviços. Isso inclui áreas destinadas a perícias, vistorias e um local específico para o armazenamento de motores e caixas de câmbio, quando a situação exigir.

O pátio também deve incluir instalações destinadas ao atendimento ao público, sempre que necessário. Essas estruturas serão construídas em alvenaria e terão cobertura, garantindo a acessibilidade e as condições adequadas para o atendimento do usuário do serviço.

Com base nas informações obtidas junto ao Processo nº 17/2020, apresenta-se a estimativa média de remoções previstas para a nova execução contratual, no período de 30 (trinta) meses. As futuras apreensões devem contemplar aproximadamente:

- **270 (duzentos e setenta) veículos leves;**
- **30 (trinta) veículos pesados; e**
- **660 (seiscentos e sessenta) motocicletas, peças, motores e objetos;**

A definição das dimensões das vagas foi realizada conforme as especificações do Código de Edificações de Obras do Município de São Paulo. Os parâmetros considerados foram:

- **Veículos leves (pequenos):** 9,90 m²
- **Veículos pesados (grandes):** 24,80 m²
- **Motocicletas:** 2,00 m²

Além disso, foi acrescida uma área adicional de 10% (dez por cento) destinada à estrutura necessária para a execução adequada dos serviços pela Contratada. Essa área contempla espaços para perícia, vistoria, depósito de motores e caixas de câmbio, realização de leilões e demais ambientes administrativos indispensáveis.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.002.086,00

O valor estimado da contratação para o período de 30 (trinta) meses é de R\$ 2.002.086,00 dois milhões, dois mil e oitenta e seis reais).

Tendo em vista que a Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, em seu artigo 18, §1º, inciso VI, determina que a previsão do valor da contratação deve ser acompanhada dos preços unitários de referência, das memórias de cálculo e dos documentos que a respaldam.

O registro e as memórias dos cálculos referentes à pesquisa de preços encontra-se na Planilha Orçamentária de Preços. A referida planilha foi desenvolvida em conformidade com o Decreto Estadual 67.888/2023 (Pesquisa de Preços), alinhada ainda as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.

No que se refere à metodologia para a determinação do preço estimado, foi empregada a média aritmética simples entre três ou mais orçamentos analisados para o item licitatório, sendo desconsiderados, previamente ao cálculo, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, em conformidade com o estabelecido no artigo 3.º do Decreto Estadual 67.888/2023.

Foram anexados, portanto, os documentos que respaldam a memória de cálculo deste Estudo Técnico Preliminar, não optando pelo sigilo dos referidos documentos.

Os orçamentos obtidos refletem a realidade de mercado para o objeto da contratação, apresentando valores contemporâneos e exequíveis, que espelham de forma precisa a dinâmica do mercado correspondente, demonstrando-se atuais e viáveis para a execução do contrato.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Artigo 5º, Inciso VII do Decreto Estadual nº 68.017/2024

Para a implementação do princípio do parcelamento, é imprescindível que se observem os dois critérios igualmente exigidos na aquisição de bens: a viabilidade técnica e a vantajosidade econômica (inciso II). Aplicam-se as mesmas considerações expostas no artigo 40, § 2.º, no que diz respeito às aquisições, são igualmente pertinentes à prestação de serviços. Em consonância com o que foi abordado nos § 2.º e 3.º do artigo 40, a segmentação visa favorecer a competitividade, possibilitando, conseqüentemente, uma potencial diminuição nos preços praticados. Entretanto, a administração de múltiplos contratos pode elevar os custos da gestão pública. Assim sendo, é imperativo que, antes de optar pela modalidade de parcelamento, seja realizada uma análise minuciosa para determinar se as vantagens obtidas superarão os custos associados à multiplicidade de contratações.

Este processo refere-se à contratação de um serviço singular e contínuo de guarda e depósito de veículos destinado às unidades vinculadas a esta Delegacia Seccional de Polícia de Osasco, sendo vedado o fracionamento do objeto contratual.

No que se refere à análise acerca da possibilidade de parcelamento do objeto, conforme previsto no artigo 47 da Lei Federal nº 14.133/2021, verificou-se que, no caso concreto, **o parcelamento da solução não se mostra tecnicamente viável nem economicamente vantajoso para a Administração.**

O objeto da contratação consiste na prestação de **serviços de guarda, depósito e gestão de veículos automotores apreendidos**, atividade que demanda a execução de um **conjunto integrado e contínuo de operações**, envolvendo, dentre outras atribuições, a disponibilização de área física apropriada para armazenamento dos veículos, controle operacional de entrada e saída, organização e identificação dos bens depositados, vigilância patrimonial, monitoramento por sistemas de câmeras, manutenção da ordem e segurança do pátio, além da gestão administrativa das movimentações determinadas pela autoridade competente.

Tais atividades são **intrinsecamente interdependentes**, de modo que sua fragmentação entre diferentes prestadores poderia gerar dificuldades operacionais, sobreposição de responsabilidades e riscos à adequada gestão dos veículos custodiados pela Administração Pública. A divisão do objeto poderia comprometer a eficiência dos controles operacionais e logísticos, especialmente no que se refere à rastreabilidade dos veículos, à integridade dos bens depositados e à segurança das instalações.

Ademais, sob o aspecto da **responsabilidade técnica e operacional**, a contratação de múltiplos prestadores para atividades interligadas poderia ocasionar conflitos de atribuições, dificuldades na definição de responsabilidades em caso de danos, extravios ou inconsistências no controle dos veículos, além de aumentar significativamente a complexidade da fiscalização contratual por parte da Administração.

Também se verifica que eventual parcelamento do objeto implicaria a celebração de **diversos contratos administrativos**, com conseqüente aumento dos custos de gestão contratual, fiscalização e acompanhamento dos serviços, sem que se vislumbre, em contrapartida, ganho relevante em termos de competitividade ou economicidade.

Nesse sentido, considerando que o serviço demanda **gestão operacional integrada, responsabilidade técnica centralizada e coordenação permanente das atividades**, conclui-se que a contratação por meio de **objeto único e indivisível** mostra-se a solução mais adequada para assegurar a eficiência da execução contratual, a segurança dos veículos custodiados e a adequada responsabilização do contratado.

Dessa forma, restou demonstrado que o **não parcelamento da solução atende aos critérios de viabilidade técnica e economicidade**, em consonância com o disposto no artigo 47 da Lei nº 14.133/2021, revelando-se a alternativa mais adequada ao atendimento do interesse público.

A adjudicação do objeto contratual, portanto, deverá ser feita a uma única empresa a fim de garantir a economia de escala para esta Administração. Outrossim, tal medida permite racionalizar os custos com pessoal dedicado as atividades de planejamento da contratação, da escolha do fornecedor e de gestão e fiscalização do contrato, em consonância com os princípios constitucionais da economicidade e da eficiência.

Entende-se que o conjunto de serviços a ser contratado no processo em referência, será não a soma das partes, mas um conjunto de serviços num único sistema e que trará em seu bojo vantagens, como: a padronização, compatibilidade de equipamentos e trará como consequência a redução do numero de deslocamentos de técnicos entre as diversas unidades para acompanhar e gerenciar os serviços de forma remota e segura.

A presente licitação será composta de um único grupo, devendo o licitante oferecer proposta para toda sua composição.

A Administração opta pela adjudicação do objeto contratual a uma única empresa com base nos seguintes fundamentos:

- Economia de Escala: A contratação unificada favorece maior eficiência financeira, reduzindo os custos operacionais pela centralização da demanda.
- Racionalização de Recursos: Diminui a necessidade de pessoal dedicado às etapas de planejamento, seleção de fornecedores, gestão e fiscalização do contrato; e alinha-se aos princípios constitucionais da **economicidade e eficiência**, fundamentais à administração pública.
- Integração e Compatibilidade Técnica: O conjunto de serviços não é considerado como partes separadas, mas sim como um **sistema integrado**. Garante: padronização dos processos e tecnologias; compatibilidade entre os equipamentos utilizados; e redução nos deslocamentos de técnicos entre unidades, promovendo gerenciamento remoto e seguro
- Proposta Global: A licitação será estruturada em **grupo único**, exigindo que os licitantes apresentem propostas que contemplem **todos os serviços** do escopo.

Por fim, vale ressaltar que, caso fossem feitas contratações separadas para cada item da solução TIC, além dos custos fixos que, inevitavelmente seriam repassados a Administração (perda de economia de escala), também haveria o custo da Administração para realizar o gerenciamento dos processos de contratação e gestão contratual com cada fornecedor. Além disso, ampliar o número de fornecedores traria riscos relacionados a eventuais descompassos no fornecimento dos produtos e perda da uniformidade e padronização da solução, que poderia resultar em perda irreparável da capacidade de integração dos serviços e do potencial de compartilhamento dos recursos.

Portanto, a estruturação proposta agrupa forma de lícita, segura, técnica e economicamente viável, serviços de uma mesma natureza, guardam que correlação entre sejam si, por similaridade técnica ou de tecnologia, como bem de aplicabilidade e de configuração do modelo de contratação propriamente dito, causar sem qualquer prejuízo à ampla competitividade.

Salienta-se que a formalização do contrato para a prestação do serviço de remoção (guincho), tanto ordinária quanto extraordinária, ocorrerá através de outro processo licitatório a ser conduzido por esta Delegacia Seccional.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Artigo 5º, Inciso VIII do Decreto Estadual nº 68.017/2024

Transição Contratual

À luz da nova contratação resultante do processo licitatório, a transição contratual deve ser cuidadosamente planejada, de modo a assegurar sua execução de forma fluida, sem contratempos ou questionamentos, e sem ocasionar prejuízos aos usuários dos serviços ou aos proprietários de veículos.

Considerando que a nova empresa assumirá a prestação do serviço atualmente vinculado ao contrato da GP Service Remoção de Veículos Ltda., torna-se essencial garantir a realocação dos veículos armazenados para o novo pátio a ser contratado, assegurando a continuidade e regularidade da guarda e depósito.

A transferência do acervo do pátio da empresa GP Service Remoção de Veículos para o pátio da nova empresa contratada será realizada mediante contratação específica de serviços de remoção, a ser conduzida por processo licitatório próprio.

Ressalte-se que os serviços de remoção periódica de veículos apreendidos, por meio de guinchos, constituem atividade complementar e distinta da guarda e depósito, razão pela qual serão objeto de procedimento licitatório independente. Dessa forma, para o presente certame, não se faz necessária a realização de contratações correlatas ou interdependentes, garantindo a plena viabilidade da contratação.

Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No que se refere à existência de contratações correlatas ou interdependentes, cumpre registrar que o objeto do presente processo consiste na **prestação de serviços de guarda, depósito e gestão de veículos automotores apreendidos**, atividade que possui relação operacional com os serviços de **remoção de veículos por meio de guinchos**, responsáveis pelo transporte dos veículos apreendidos até os pátios destinados à sua custódia.

Nesse sentido, verifica-se que os serviços de remoção de veículos apreendidos apresentam **estreita relação operacional com o objeto da presente contratação**, uma vez que são responsáveis pela condução dos veículos até o pátio onde permanecerão armazenados sob responsabilidade da Administração.

Todavia, embora exista relação funcional entre as atividades, trata-se de **serviços de natureza distinta**, com características técnicas, operacionais e logísticas próprias. Enquanto o presente objeto refere-se à **guarda, depósito, controle e gestão dos veículos apreendidos**, os serviços de remoção correspondem ao **transporte desses veículos por meio de guinchos**, atividade que demanda estrutura, equipamentos e requisitos específicos.

Dessa forma, em observância aos princípios da eficiência administrativa e da adequada definição do objeto contratual, os serviços de remoção de veículos apreendidos são ou serão objeto de **procedimento licitatório próprio**, destinado à contratação de empresa especializada para a execução dessa atividade.

Assim, registra-se que, embora exista **contratação correlata relacionada aos serviços de remoção de veículos apreendidos**, esta não configura **interdependência contratual direta** que inviabilize ou condicione a execução da presente contratação, sendo plenamente possível a execução do serviço de guarda e depósito mediante a articulação operacional com o contrato específico de remoção de veículos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, alinhando-se ao planejamento estratégico e à Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

- **ID PCA no PNCP:** 46377800000127-0-000087/2026;
- **Data de publicação no PNCP:** 17/06/2025;
- **Id do item no PCA:** 09;
- **Classe/Grupo:** 859 - Outros Serviços de Suporte;
- **Identificador da Futura Contratação:** 180276-16/2026.

Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação

Diante dos elementos levantados no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **guarda, depósito e gestão de veículos automotores apreendidos** mostra-se adequada e necessária para o atendimento da demanda desta Administração.

A análise realizada contemplou a identificação da necessidade administrativa, o levantamento de soluções disponíveis no mercado, a avaliação da viabilidade técnica das alternativas possíveis, bem como a análise dos aspectos operacionais, logísticos e de segurança inerentes à atividade.

Considerando as características do serviço, que envolve a custódia de veículos apreendidos sob responsabilidade do Poder Público, com necessidade de **estrutura física adequada, controle operacional permanente, sistemas de monitoramento, segurança patrimonial e gestão das movimentações dos veículos**, verificou-se que a solução proposta atende de forma satisfatória aos requisitos de eficiência, segurança e continuidade do serviço público.

Ademais, as análises realizadas demonstraram que o modelo de contratação proposto é **tecnicamente viável, operacionalmente adequado e alinhado ao interesse público**, permitindo que a Administração assegure a guarda regular dos veículos apreendidos, bem como o adequado controle e rastreabilidade desses bens.

Dessa forma, conclui-se que a solução definida neste Estudo Técnico Preliminar **mostra-se apta a atender a necessidade administrativa identificada**, razão pela qual se recomenda o prosseguimento do processo de contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Artigo 5º, Inciso X do Decreto Estadual nº 68.017/2024

A contratação de serviços especializados de guarda e depósito de veículos pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco tem como finalidade primordial desonerar os servidores da responsabilidade direta pelo gerenciamento de veículos apreendidos, permitindo que concentrem seus esforços nas atribuições essenciais da Polícia Judiciária, especialmente nas atividades de investigação e atendimento à população.

Entre os benefícios previstos destacam-se a alocação adequada dos veículos apreendidos sob responsabilidade do Estado, assegurando sua preservação e conservação, e a liberação dos pátios internos das delegacias para melhor atendimento às demandas da população e às necessidades das forças de segurança locais. Essa medida também disponibiliza espaço apropriado ao estacionamento, parada e desembarque de vítimas, testemunhas e detidos, garantindo maior fluidez e organização no atendimento.

Outro benefício relevante é a garantia de condições superiores de armazenamento e proteção dos veículos por empresa especializada e habilitada, assegurando maior qualidade e segurança na guarda dos bens. Além disso, o atendimento às solicitações será mais ágil e eficaz, por meio da atuação de profissionais qualificados e capacitados para a execução dessas atividades.

A contratação também contribui para o fomento da atividade econômica regional, com a criação de novas oportunidades de trabalho e geração de empregos diretos e indiretos no setor, fortalecendo o mercado local.

Por fim, destaca-se a otimização dos recursos humanos da Delegacia, com a readequação da organização dos colaboradores às suas funções essenciais, evitando o redirecionamento para atividades de conservação e armazenamento. Dessa forma, maximiza-se o desempenho das funções primárias da Polícia Judiciária, com maior dedicação às tarefas investigativas e de atendimento ao público.

13. Providências a serem Adotadas

Artigo 5º, Inciso XI do Decreto Estadual nº 68.017/2024

Para a satisfazer a necessidade da demanda, ou seja, para alocação da quantidade total de veículos apreendidos pelas unidades territoriais, especializadas e as futuras apreensões, em olvidar dos veículos apreendidos na atual empresa contratada, será necessária a contratação de um pátio que tenha uma área mínima total de 24.717,11 m².

Até o momento, não se mostra necessária a adaptação do ambiente físico do órgão, visto que a execução dos serviços ocorrerá em espaço externo às dependências das unidades subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Osasco.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Artigo 5º, Inciso XII do Decreto Estadual nº 68.017/2024

Na etapa interna do procedimento licitatório, deverá ser contemplada, em seção específica, a inclusão de itens relacionados à sustentabilidade, a fim de proporcionar aos interessados uma compreensão transparente dos requisitos essenciais e indispensáveis para a eficiente execução do contrato, almejando a sustentabilidade das atividades pactuadas.

Acrescente-se que o pátio deve demonstrar condições ideais de funcionalidade, cumprir as exigências de uso e ocupação do solo e possuir licença ambiental de instalação e operação (quando em zonas de mananciais), além do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

A Contratada deverá observar rigorosamente as diretrizes de proteção ambiental relacionadas ao objeto da licitação, com especial atenção às disposições a seguir elencadas:

- Lei Federal nº 12.305, datada de 02 de agosto de 2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- A Resolução CONAMA nº 362, datada de 23 de junho de 2005, estabelece diretrizes acerca do manejo do óleo lubrificante usado ou contaminado, abrangendo suas etapas de recolhimento, coleta e destinação final.
- Resolução CONAMA nº 416, datada de 24 de setembro de 2009, estabelece diretrizes para a mitigação da degradação ambiental resultante do descarte inadequado de pneus inservíveis, além de prever sua destinação que atenda a critérios de sustentabilidade ambiental.
- Entre diversas disposições regulatórias pertinentes a matéria.

Além disso, deverá implementar essa proteção através de ações concretas, sendo de responsabilidade da contratada:

- Apresentar um abrangente plano de controle e erradicação de vetores prejudiciais à saúde, englobando:
- Acúmulos de água estagnada e retida.
- Recipientes capazes de abrigar larvas dos mosquitos responsáveis pela transmissão da Dengue, Zika e Chikungunya; e a realização do processo de desinsetização na área externa.
- A Contratada deve assegurar que as estopas e demais materiais impregnados com óleo lubrificante sejam devidamente armazenados em tambores hermeticamente fechados, alocados em um local apropriado e designado para tal finalidade.
- Contratada tem a responsabilidade de assegurar que todo e qualquer óleo lubrificante, seja ele usado ou

- contaminado, seja devidamente recolhido e coletado, destinando-o de maneira apropriada ao seu destino final, de forma a evitar quaisquer impactos adversos sobre o meio ambiente.
 - A contratada é incumbida de implementar, na execução dos serviços e quando pertinente, as práticas de sustentabilidade listadas a seguir, em conformidade com a Instrução Normativa (IN) nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG):
1. Empregar produtos de limpeza e conservação para superfícies e objetos inertes que estejam em conformidade com as classificações e especificações estabelecidas pela Anvisa.
 2. Implementar estratégias eficazes para prevenir o desperdício de água potável.
- Cumprir os preceitos estabelecidos pela Resolução CONAMA n.º 020, datada de 18 de junho de 1994, no que tange aos dispositivos de limpeza cuja operação produza emissão sonora.
 - Proporcionar aos colaboradores os dispositivos de proteção essenciais para a realização das atividades laborais.
 - Implementar um programa interno de capacitação destinado aos colaboradores, com o objetivo de minimizar os gastos com energia elétrica, água e a geração de resíduos sólidos, em conformidade com as normas ambientais atualmente vigentes.
 - Acatar as normas estabelecidas pelas Normas Brasileiras (NBR), as quais são disseminadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em relação à gestão de resíduos sólidos.
 - Antecipar a destinação ecologicamente responsável de pilhas e baterias utilizadas ou inservíveis, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA n.º 401, datada de 04 de novembro de 2008. Considera-se que os impactos ambientais causados com a atividade serão mínimos, porém deverá a Contratada utilizar materiais e insumos de forma racional e planejada, dimensionado adequadamente os serviços requisitados, evitando os desperdícios.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as questões trazidas no bojo deste estudo, atendidas as exigências legais para a contratação, ante a imprescindibilidade da prestação de guarda e depósito de veículos automotores e outros tracionados aprendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, e para o perfeito desenvolvimento do serviço público, recomendo a contratação nos moldes propostos, submeto o presente documento para apreciação, bem como propugno pela continuidade das etapas subsequentes do processo licitatório.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO CARLOS TATSUO BAJO

Agente de contratação

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE OSASCO

(Processo Administrativo nº 058.00119750/2025-19)

*CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO
PAULO, POR INTERMÉDIO DA DELEGACIA
SECCIONAL DE POLÍCIA DE OSASCO E*

.....

O Estado de São Paulo, pela Secretaria de Segurança Pública, e esta por intermédio da Delegacia Seccional de Polícia, com sede na Rua Dr. Mariano J. M. Ferraz, nº 625, Centro, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.236.548/0077-94, neste ato representado pelo Dr., nomeado pela Portaria (DGP-123/P), de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado em de 07 de janeiro de 2023, portador da identificação funcional RG nº, inscrito no CPF sob o nº, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00119750/2025-19, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação da serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, objetos e peças apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco e suas unidades policiais subordinadas, com disponibilização de pátio, conforme detalhamento e

especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	ÁREA DO PÁTIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, objetos e peças apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco e suas unidades policiais subordinadas, com disponibilização de pátio	17167	Mês			

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da emissão de ordem de início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo um total de R\$().

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrealizáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 15/04/2026.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos

tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da

Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou

com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa: calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 0001/180276
- II. Fonte de Recursos: 150010001
- III. Programa de Trabalho: 06181180149890000
- IV. Elemento de Despesa: 33903999
- V. Plano Interno: 000.000.0492

VI. Nota de Empenho: 2026NExxxx

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Osasco, XX de XXXXXX de 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEIS



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I** - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;
- II** - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III** - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- IV** - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

- I** - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV DO EDITAL

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	VALOR MENSAL	VQALOR TOTAL - 30 (TRINTA) MESES
1	17167	Prestação de serviço de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, objetos e peças apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária pela Delegacia Seccional de Polícia de Osasco e suas unidades policiais subordinadas, com disponibilização de pátio, com disponibilização e administração de pátios, de forma ininterrupta, 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive feriados.	Mês	R\$	R\$

Observação: validade da proposta 60 (sessenta) dias.

Planilha de Composição de Preços

Componentes de Custo	Unidade	Custo Unitário	Custo Total
Mão de Obra (Gerente, supervisor, auxiliares, operadores, vigilantes, etc.)			
Material (Material de escritório, de limpeza, de higiene, mobiliário, equipamento de proteção individual – EPI, uniforme, etc.)			
Equipamentos (empilhadeira, paleteiras, carregador de baterias, computadores, impressoras, câmera de vigilância, câmera fotográfica digital, fac-símile, alarmes, telefones, etc.)			
Outros/Despesas Diversas (luz, água, telefone, monitoramento, etc.)			
Locação do Pátio (se necessário)			
BDI (encargos legais, tributos, taxas, plano de saúde, despesas bancárias, IPTU, vale transporte, lucro, etc.)			
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS		R\$	
TOTAL DOS SERVIÇOS PARA PERÍODO DE 30 (TRINTA) MESES		R\$	

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS DE CHECK LIST PARA VEÍCULOS

ANEXO VI.1 DO EDITAL

MODELO: AUTO DE VISTORIA E REMOÇÃO VEICULAR

CHECK LIST DO VEÍCULO						
DATA DA ENTRADA:	DELEGACIA:	PLACA DO VEÍCULO:	NÚMERO BO/TC/IP		KM VEÍCULO	
TIPO DE VEÍCULO:				EMPRESA RESPONSÁVEL P/REMOÇÃO		
MARCA DO VEÍCULO:		MODELO DO VEÍCULO:	ANO DE FABRICAÇÃO:			ANO/MODELO:
NOME DO CONDUTOR DO GUINCHO:			Nº RG			
LEGENDA:						
N/A – NÃO SE APLICA		C – CONFORME		CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES		A – AVARIAS
Itens a serem inspecionados		C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES
Veículo andando quando acionada a ignição						
Estado Geral da lataria						
Estado geral de vidros						
Estado geral dos bancos						
Estado dos pneus						
Possui Estepe						
Possui Rodas						
Existência de Motor e Caixa de Câmbio						
Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)						
Aparelhos de som e ou imagem						
Possui Retrovisores						
Possui Extintor de Incêndio						
Faróis e Lanternas íntegros						
Observações:		Policia Civil solicitante e assinatura: :				
Divergência de vistoria Remoção/Pátio		Observações:				
Nome do responsável pela vistoria no Pátio		Assinatura e nº RG:				

ANEXO VI.2 DO EDITAL

MODELO: AUTO DE VISTORIA PARA ENTRADA DE VEÍCULO NO PÁTIO

CHECK LIST DO VEÍCULO						
DATA DA ENTRADA:	DELEGACIA:	PLACA DO VEÍCULO:	NÚMERO BO/TC/IP		KM VEÍCULO	
TIPO DE VEÍCULO:				EMPRESA RESPONSÁVEL P/REMOÇÃO		
MARCA DO VEÍCULO:		MODELO DO VEÍCULO:		ANO DE FABRICAÇÃO:		ANO/MODELO:
NÚMERO DO CHASSI:				NÚMERO DO MOTOR:		
NOME DO CONDUTOR DO GUINCHO:				Nº RG/CPF		
LEGENDA:						
N/A – NÃO SE APLICA		C – CONFORME		CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES		A – AVARIAS
Itens a serem inspecionados		C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES
Veículo andando quando acionada a ignição						
Estado Geral da lataria						
Estado geral de vidros						
Estado geral dos bancos						
Estado dos pneus						
Possui Estepe						
Possui Rodas						
Existência de Motor e Caixa de Câmbio						
Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)						
Aparelhos de som e ou imagem						
Possui Retrovisores						
Possui Extintor de Incêndio						
Faróis e Lanternas íntegros						
Observações:		Policia! Civil solicitante e assinatura:				
Divergência de vistoria Remoção/Pátio		Observações:				
Nome do responsável pela vistoria no Pátio		Assinatura e nº RG:				

ANEXO VI.3 DO EDITAL

MODELO: AUTO DE VISTORIA DE PEÇAS E OBJETOS

CHECK LIST DA PEÇA OU OBJETO						
DATA DA ENTRADA:	DELEGACIA:				NÚMERO BO/TC/IP	
TIPO DE PEÇA/OBJETO:				EMPRESA RESPONSÁVEL P/REMOÇÃO		
NÚMERO DO CHASSI:			NÚMERO DO MOTOR:			
NOME DO CONDUTOR DO GUINCHO:			Nº RG/CPF			
LEGENDA:						
N/A – NÃO SE APLICA	C – CONFORME		CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES		A – AVARIAS	
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES	
Estado geral da peça ou objeto						
Possui numeração legível ou aparente						
Possui todos seus componentes						
Observações:		Policia Civil solicitante e assinatura:				
Divergência de vistoria Remoção/Pátio		Observações:				
Nome do responsável pela vistoria no Pátio		Assinatura e nº RG:				

ANEXO VI.4 DO EDITAL

MODELO: AUTO DE VISTORIA PARA LIBERAÇÃO DE VEÍCULO

CHECK LIST DO VEÍCULO						
DOCUMENTO AUTORIZANDO LIBERAÇÃO DO VEÍCULO (DATA, TIPO, RESPONSÁVEL):						
DATA DA SAÍDA:	DELEGACIA:	PLACA DO VEÍCULO:	NÚMERO BO/TC/IP		KM VEÍCULO	
TIPO DE VEÍCULO:				EMPRESA RESPONSÁVEL P/REMOÇÃO		
MARCA DO VEÍCULO:	MODELO DO VEÍCULO:		ANO DE FABRICAÇÃO:		ANO/MODELO:	
NÚMERO DO CHASSI:			NÚMERO DO MOTOR:			
NOME DO RESPONSÁVEL PELA RETIRADA:			Nº RG/CPF			
LEGENDA:						
N/A – NÃO SE APLICA	C – CONFORME		CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES		A – AVARIAS	
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES	
Veículo andando quando acionada a ignição						
Estado Geral da lataria						
Estado geral de vidros						
Estado geral dos bancos						
Estado dos pneus						
Possui Estepe						
Possui Rodas						
Existência de Motor e Caixa de Câmbio						
Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)						
Aparelhos de som e ou imagem						
Possui Retrovisores						
Possui Extintor de Incêndio						
Faróis e Lanternas íntegros						
Observações:						
Nome do responsável pela vistoria no Pátio:			Assinatura e nº RG: (Data e horário de saída)			
Identificação do recebedor			Assinatura e nº RG:			

ANEXO VII

MODELO DE AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ANEXO VII DO EDITAL

MODELO: AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE OSASCO		AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS POR ATOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NO ÂMBITO DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE OSASCO	
CONTRATO Nº	PROCESSO Nº	PERÍODO: __/__/__ a __/__/__	DATA: __/__/20__
CONTRATADA:			
GESTOR DO CONTRATO:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EXEMPLIFICATIVO			
Grupo 1 – Qualidade dos Serviços	REALIZADO	NÃO REALIZADO	OBSERVAÇÃO
Acondicionamento dos veículos nos pátios			
Atendimento e recepção da entrada do veículo no pátio/postura			
Uniformes e identificação			
TOTAL	3	0	0
Grupo 2 – Pontualidade dos Serviços	REALIZADO	NÃO REALIZADO	OBSERVAÇÃO
Equipamentos e acessórios			
Recursos humanos e materiais para o pátio			
Vistoria adequada na entrada do veículo ao pátio			
TOTAL	3	0	0
Grupo 3 – Condições Mínimas Exigidas	REALIZADO	NÃO REALIZADO	OBSERVAÇÃO
Gerenciamento das Atividades Operacionais			
Atendimento às solicitações do Contratante			
Instalações adequadas, armazenamento apropriado e condições de segurança			
TOTAL			
TOTAL REALIZADO			TOTAL NÃO REALIZADO
OBS:	O resultado é a somatória dos totais dos grupos 1, 2 e 3 para realizado e não realizado		0
Sendo para cada grupo 1 (um) não realizado, a Contratada receberá comunicado do Gestor para sanar a irregularidade ou falha constatada. Após essa constatação e comunicação, a empresa contratada estará sujeita as penalidades descritas, sem prejuízo das demais sanções previstas cabíveis.			

Estando devidamente cumprido os requisitos contratuais referente à Prestação de Serviços de Depósito e guarda de Veículos Automotores, Objetos e Tracionados, **APROVO** a respectiva planilha de entrada de veículos no pátio, referente ao mês de _____, sem qualquer ressalva.

_____, _____ de _____ de 20_____.

GESTOR DO CONTRATO